

ARTURO GUSTAVO GIL

## **A GEOPOLÍTICA LATINOAMERICANA:**

cenário Malvinas e Atlântico Sul

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: CMG (RM1-IM) Sebastião Marcos Spolidoro

Rio de Janeiro  
2014

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

---

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Gil Arturo Gustavo.

A Geopolítica Latinoamericana: cenário Malvinas e Atlântico Sul / CN (ARA) Gil Arturo Gustavo. - Rio de Janeiro: ESG, 2014. Monografia elaborada em espanhol, tradução livre para o português realizada pelo autor.

61 f.: il.

Orientador: CMG (RM1-IM) Sebastião Marcos Spolidoro  
Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), ano 2014

1 Atlântico Sul. 2 Segurança Humana. 3 Malvinas. I.Título.

***A meu pai e minha mãe que me formaram  
com valores e amor.***

***A minha gratidão, em especial aos meus  
filhos e esposa pela compreensão, como  
resposta aos momentos de minhas  
ausências e omissões, em dedicação às  
atividades da ARA e à ESG.***

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores e superiores de todas as épocas por terem sido responsáveis por parte considerável da minha formação e do meu aprendizado.

Aos estagiários da melhor Turma do CAEPE – “ESG, Sessenta e Cinco Anos Pensando O Brasil”, pela camaradagem e apoio permanente.

Ao Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos e orientações que me fizeram refletir, cada vez mais, sobre a importância de que o Brasil trabalhe com a Argentina para atingir juntos um futuro melhor para a Sul América.

“Divididos seremos escravos: façamos um esforço patriótico, despindo-nos de ressentimentos particulares e concluamos nosso trabalho com honra.”

José de San Martín.

## RESUMO

Esta monografia trata da nova ameaça global declarada pela ONU que se refere ao fornecimento de energia e alimentos, cada vez mais crítico, determinando a necessidade de assegurar os recursos naturais (na terra e mar), que garantam energia e alimentos que sustentem a humanidade. O objetivo deste trabalho vem a ser analisar e estabelecer as relações causadas pelos acontecimentos e pelos documentos históricos pós 1982, mais significativos, relacionados com o tema. Pode-se assim observar como a evolução dos conceitos sobre Segurança Humana e Compromissos do Milênio, a interdependência entre conceitos de Paz, Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento, conjugados com políticas públicas ineficazes, falta de uma Estratégia de Defesa Nacional, Marítima em particular, que junto às instituições coordenasse os esforços nacionais, controlando os espaços marítimos, em particular a pesca no Atlântico Sul; constituem assim, uma ameaça ao exercício soberano dos direitos e obrigações pela preservação, exploração e desenvolvimento dos recursos, que como Estado ribeirinho venha garantir juridicamente a CONVEMAR, nas áreas marítimas sob a jurisdição dos Países do Cone Sul. A falta de responsabilidade administrativa dos recursos acaba legitimando os países mais desenvolvidos, levando-os a pressionarem pela atribuição do direito de gestão dos mesmos. Consequentemente, considera-se e analisa-se iniciativas do Brasil que trabalha com um tear de acordos, garantindo uma confiança mútua, e a- cooperação regional em investigação, desenvolvimento, segurança e defesa. Metodologicamente, o trabalho se desenvolve como uma pesquisa qualitativa bibliográfica, baseada em informações oral e escrita, coletada de fontes primárias e secundárias (verificáveis, porém dificilmente quantificáveis).

Palavras Chave: Atlântico Sul. Segurança Humana. Malvinas

## RESUMEN

Esta monografía aborda la nueva amenaza global declarada por la ONU, el cada vez más crítico suministro de energía y alimentos, que determina la necesidad de asegurar recursos naturales (en tierra y mar), que garanticen energía y alimentos para sostener a la humanidad. El objetivo del trabajo es, analizar y establecer relaciones causales de los acontecimientos y documentos históricos post-1982, más significativos y relacionados con el tema. Observase así como la evolución de los conceptos de Seguridad Humana y Compromisos del Milenio y la interdependencia entre los conceptos de Paz, Seguridad, Estabilidad y Desarrollo conjugados con políticas públicas ineficaces y la falta de una Estrategia de Defensa Nacional, y Marítima en particular, que coordine interagencialmente los esfuerzos nacionales y el control de los espacios marítimos y en particular de las pesquerías, en el Atlántico Sur, constituyen una amenaza al ejercicio soberano de los derechos y obligaciones, a la preservación, explotación y desarrollo de los recursos que como estado ribereño nos garantiza jurídicamente la CONVEMAR, en los espacios marítimos bajo nuestra jurisdicción. La irresponsable administración de los recursos legitimizaría a los países más desarrollados a presionar por la cesión del derecho de gestión de los mismos. Consecuentemente se consideran y analizan iniciativas de Brasil y trabajar en un tejido de acuerdos que garanticen la confianza mutua y la cooperación regional en investigación, desarrollo, seguridad y defensa. Metodológicamente, el trabajo se desarrolla como una investigación cualitativa bibliográfica basada en información oral e escrita, recopilada de fuentes primarias y secundarias (verificables pero difícilmente cuantificables).

Palabras llave: Atlántico Sur. Seguridad Humana. Malvinas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRAFICO 1	Geoestratégia do Atlântico Sul e Amazônia Azul.....	32
GRAFICO 2	Zona de conservação e administração pesqueira .....	45
GRAFICO 3	Programa Pampa Azul- Para pesquisa do Mar Argentino .....	54



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ASA	Cúpula América do Sul-África
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China.
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CENAA	Center for European and North Atlantic Affairs), denominado Nato Global Partnerships in the 21 century
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CONVEMAR/ CNUDM/CDM	Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGePEM	Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha
DGMM	Diretoria-Geral do Material da Marinha
EUA	Estados Unidos da América
END	Estratégia Nacional de Defesa
FA	Forças Armadas
FAO	<i>Food and Agriculture Organization.</i> (A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
G8	Grupo dos 8
G20	Grupo dos 20
IBAS	Índia-Brasil-África do Sul
INIDEP	Instituto de Pesquisa Pesqueira
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MD	Ministério da Defesa
MDGs	<i>Millennium Development Goals</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul

PCJ	Plataformas Continentais Jurídicas
PDN	Política de Defesa Nacional
PEM	Planejamento Estratégico Militar
PNA	Prefeitura Naval Argentina
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD	Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas
PRD	Planejamento dos Recursos de Defesa
PROSUB	Programa Nacional de Desenvolvimento de Submarinos
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema de Vigilância de Fronteiras
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TIAR	Tratado de Assistência Recíproca
UNASUL	União de Nações Sul Americanas
USA	<i>United State of America</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VIH/SIDA	Vírus de Imune Deficiência Adquirida
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIFICAR E ANALISAR A AMEAÇA PRESENTE .....</b>	<b>15</b>
2.1	INTERDEPENDÊNCIA DOS CONCEITOS DE PAZ, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO .....	16
2.2	O IMPACTO SOBRE A SOBERANIA NACIONAL DA NOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E A CONSEQUENTE LUTA GEOESTRATÉGICA PELO CONTROLE DOS ESPAÇOS MARÍTIMOS E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, TAIS COMO A PESCA.....	24
2.3	PROJEÇÃO DAS AMEAÇAS EMERGENTES NA AMÉRICA DO SUL.....	28
<b>3</b>	<b>INSTRUMENTOS, AÇÕES, INICIATIVAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS EM TORNO DA AMÉRICA DO SUL.....</b>	<b>34</b>
3.1	INICIATIVAS DO BRASIL.....	34
3.2	QUAIS SÃO OS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS IMPULSIONADOS PELO ESTADO ARGENTINO PARA O DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DO SETOR PESQUEIRO? QUAL TEM SIDO SEU IMPACTO – ÊXITO?.....	42
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional, através da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual a República Argentina é sócia fundadora, impulsiona os conceitos sobre segurança humana e o compromisso com o milênio a fim de alcançar e manter a paz e a estabilidade no Mundo. Os mencionados conceitos chegaram e se fixaram nas agendas internacionais, pois são vistos como uma via para abordar as causas dos conflitos interestatais e intraestatais, assumindo-se uma relação direta e uma interdependência entre os conceitos de Paz, Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento.

Para Virgínia Gamba (2011), não devemos esquecer que quase a totalidade dos países membros da ONU assinou a Declaração do Milênio (2014)<sup>1</sup>.

Este compromisso, conforme a visão do Departamento dos Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - República Argentina) e Virgínia Gamba (2011), conduz à responsabilidade a nível nacional e internacional que, no caso de não cumpri-las, coloca em risco a autodeterminação e a soberania da República Argentina.<sup>2</sup>

O exposto seria uma consequência colateral dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos de América (EUA) e também das

---

<sup>1</sup> Declaração do Milênio: Este documento contém uma declaração de valores, princípios e objetivos para a agenda internacional do século, e estabelece prazos para a conclusão de muitas ações coletivas. A Declaração reafirma a fé dos estados membros nas Nações Unidas e sua Carta como indispensável para construir um mundo mais pacífico, próspero e justo. O reconhecimento de responsabilidade coletiva dos governos de todo o mundo a alcançar a dignidade humana, igualdade e equidade; e a responsabilidade dos líderes mundiais para os seus cidadãos, especialmente as crianças e os mais vulneráveis. Fonte: Declaração do Milênio - Organização das Nações Unidas Nova York, de 6 a 8 de setembro de 2000. Disponível, em: <http://www.un.org/es/development/devagenda/millennium.shtml>. Acesso em: 26 de setembro, 2014.

Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Esta promessa acabou se concretizando nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos. Fonte: ODM – Objetivos do Milênio. PNUD Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 26 de setembro, 2014.

<sup>2</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida pela Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento dos Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina), em Buenos Aires/Argentina, em 2011.

consequentes e sucessivas intervenções militares, sem mandato das Nações Unidas, no Iraque e no Afeganistão. Estes feitos fariam em primeiro lugar a institucionalização de fato do conceito de novas ameaças e em segundo lugar a intervenção militar legitimada e/ou necessidade de controle das políticas públicas nos países considerados de risco, como procedimento ante a uma ameaça a “segurança humana”.

Tomando como marco o escrito anteriormente, este trabalho de pesquisa pretende demonstrar a seguinte Hipótese:

“A falta de controle dos espaços marítimos e em particular da pesca, no Atlântico Sul, constitui uma fragilidade que atenta contra a paz, a segurança e a estabilidade global, por impactar negativamente na economia, no desenvolvimento, na segurança, na estabilidade e na confiabilidade regional. A formulação e implementação de uma doutrina marítima que determine uma estratégia e fixe os consequentes PLANOS, PROGRAMAS e PROJETOS, que vão garantir o controle e a administração responsável pelos espaços marítimos e seus recursos, constituem-se em medidas de segurança, no marco pela luta geoestratégica e pelos recursos naturais”.

Em primeiro lugar, para demonstrar esta hipótese, este trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar a ameaça presente, ao exercício soberano dos direitos e obrigações (com a preservação, exploração e desenvolvimento dos recursos renováveis), que como Estado ribeirinho é garantido juridicamente pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CONVEMAR) (NACIONES UNIDAS, 1982), nos espaços marítimos sob jurisdição da Argentina, assim como a interdependência dos conceitos de paz, segurança e desenvolvimento no marco da ONU.

Deve-se recordar que a CONVEMAR<sup>3</sup> é considerada como um dos tratados multilaterais mais importantes da História, desde aprovação da Carta das Nações Unidas, sendo qualificada como a Constituição dos Oceanos.

Estes pontos se desenvolveram através de uma sucinta pesquisa bibliográfica, baseada na análise de conceitos, acontecimentos e documentos do Conselho de Segurança e de outros organismos do sistema da ONU, dos Foros

---

<sup>3</sup> Foi aprovada depois de nove anos de trabalho, em 30 de abril de 1982, quando foi assinada pelos Estados, em baía Montego (Jamaica), na 182ª sessão plenária da III Conferência das Nações Unidas, sobre o Direito do Mar. Entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, um ano depois da 60ª ratificação.

Internacionais, como o Grupo dos 20 (ABOUT G20, 2014), um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia, e pelo Grupo dos 8 (G8 INFORMATION, 2014), que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo (além da Rússia)<sup>4</sup>, assim como declarações de alguns líderes mundiais, buscando estabelecer relações e causas.

Em segundo lugar, o trabalho também pretende analisar e interpretar os fatores de debilidade que apresenta o Estado Argentino, onde serão examinados:

- a administração dos recursos nos espaços marítimos reclamados como área econômica exclusiva pela República Argentina e se a falta de compromisso neste âmbito impulsionaria os países mais desenvolvidos a pressionarem pela transferência do direito de gestão dos mesmos; e

- a pertinência, a factibilidade e a aceitabilidade do marco jurídico-político, que representa formular e estabelecer uma doutrina marítima nacional aos efeitos da fixação dos objetivos, assim como a correspondente estratégia nacional para alcançá-los, que venham permitir satisfazer o nível de controle e segurança exigidos pela administração dos recursos da área econômica exclusiva.

Estes aspectos se desenvolveram através de uma revisão muito superficial, no que diz respeito à existência e a eficácia, na Argentina, de políticas públicas, de uma doutrina marítima e/ou planos, programas e projetos, que satisfaçam as demandas no âmbito desse estudo e trata também, de estabelecer uma visão comparativa de diversas posições adotadas por países da região, acerca do problema.

Em razão dos prazos reduzidos do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), para a elaboração da monografia, não será possível analisar toda a documentação disponível do sistema da ONU, nem tampouco do G20 e nem do G8, somente serão considerados como referência para o presente trabalho algumas das mais relevantes do período considerado para esse estudo -de 1982 a 2014-. Da mesma forma, instrumentos de compilação de dados, tais como entrevistas e questionários, não serão aplicados.

Com respeito às políticas públicas argentinas de incidência sob o tema, somente será comentada a indicação de seus resultados. De igual modo serão

---

<sup>4</sup> G8 – Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido. Recentemente foi excluída do Grupo (G8) a Rússia, que agora retorna a ser G7.

enunciadas algumas políticas adotadas por alguns países vizinhos, a fim de investigar outras opções.

Os limites antes indicados respondem que o Atlântico Sul se constitui em um espaço onde interatua uma multiplicidade de atores, não necessariamente só Estados, mas também, organismos internacionais, organizações não governamentais, grupos de interesses ou associações de diferentes tipos, que analisados em níveis de política internacional e doméstica, nos impulsionam a estudar uma situação estratégica, caracterizada por relações de cooperação e de conflito, que configurariam um número de sociogramas<sup>5</sup>, que excederia o marco fixado. (SOCIOGRAMA, 2014).

O trabalho de pesquisa se desenvolve como uma investigação qualitativa bibliográfica, sobre os temas já apresentados e delimitados (em atores e em marco temporal), estruturadas com base em informações orais e escrita, recopiladas a partir de fontes primárias e secundárias (verificáveis, porém dificilmente quantificáveis).

---

<sup>5</sup> O sociograma é uma técnica de análise de dados que concentra sua atenção na forma em que se estabelecem os vínculos sociais dentro de um grupo qualquer. São *gráficos* ou ferramentas empregadas para determinar a *sociometria* de um espaço social. Fonte: In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Sociograma>. Acesso em: 26 de setembro, 2014. Técnica de análise de dados utilizado no método de planejamento estratégico da Escola de Guerra Naval Argentina.

## 2 IDENTIFICAR E ANALISAR A AMEAÇA PRESENTE

De acordo com Virginia Gamba (2011), nos últimos vinte anos iniciou-se uma discussão internacional baseada na necessidade dos Estados de proverem segurança às suas populações. Porém, desta vez, não foi abordada segurança, segundo o conceito clássico de segurança do Estado, foi contextualizada dentro do espaço da segurança humana, que é uma noção multidimensional muito além da segurança do Estado.

Em particular, no que concerne ao presente trabalho de pesquisa, esta discussão se concentra na constatação que o fornecimento de energia e de alimentos no mundo é cada vez mais crítico, determinando assim a necessidade de assegurar recursos naturais que os garantam, tais como:

- energia constante que sustente os povos desenvolvidos e também aqueles em vias de desenvolvimento; e
- alimentação suficiente, de maneira a satisfazer as necessidades alimentícias das populações presentes e futuras.

Por tudo isso, a provisão de energia e alimentos tem se convertido numa ameaça global, declarada pelas Nações Unidas, pela qual hoje em dia todos os países estão condenados a resguardar e a defender seus recursos naturais, tanto em terra como no mar.

Inserido neste panorama internacional é que este trabalho de pesquisa propõe como objetivo analisar e identificar se esta ameaça global, declarada pela ONU, afetaria o exercício da soberania dos direitos e obrigações, a preservação, a exploração e o desenvolvimento dos recursos renováveis, que como Estado ribeirinho, a Argentina, tem garantido juridicamente pela CONVEMAR, nos espaços marítimos sob sua jurisdição.

A pesquisa se desenvolverá nesta primeira fase tal como se transmitiu na Introdução, através do estudo, análise e estabelecimento de relações e causas dos acontecimentos históricos pós-guerra das Malvinas e pós Guerra Fria<sup>6</sup> (GUERRA

---

<sup>6</sup> Guerra Fria – é o período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética (entre as duas nações e suas zonas de influência), compreendendo desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Fonte: GUERRA FRIA – Só História. 2014. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>. Acesso em: 26 de setembro, 2014.



FRIA apud Só Historia, 2014) mais significativos, recentes e relacionados com o tema em estudo, considerando-se também documentos, declarações de Estados (incluindo a Argentina), líderes mundiais e Organismos Internacionais.

Para realizar o que se propõe começa-se por analisar e interpretar como surge historicamente a noção da interdependência dos conceitos de paz, segurança e desenvolvimento no marco da ONU.

## 2.1 A INTERDEPENDÊNCIA DOS CONCEITOS DE PAZ, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO.

Em princípio para compreender a gênese do assunto em estudo, a evolução dos principais temas da agenda da ONU, o pós-guerra das Malvinas e imediatamente o fim da Guerra Fria, no período que vai de 1989 até o presente, se examinará a origem e a evolução do conceito de Segurança Humana, aproveitando a categorização de Virginia Gamba (2011), em quatro períodos de tempo:

- 1989-1993;
- 1994-1999;
- 2000-2005; e
- 2006 ao presente.

O primeiro período que vai de 1989 a 1993 corresponde aos últimos anos do fim da Guerra Fria, onde se caracterizou em um princípio de distanciamento das cinco grandes potências do monopólio da Segurança Regional. Logo, mais exatamente a partir de 1991, se considera a incorporação de novos temas aos reconhecidos problemas de defesa, segurança estatal e apresentação de conceitos das denominadas ameaças não militares à segurança.

Ao mesmo tempo, como consequência da liberalização das seguranças regionais e da depressão econômica somando-se à agenda internacional de movimentos revolucionários étnicos e religiosos (os Balcanes, ex-Repúblicas da URSS etc.) e também ao aumento do crime organizado transnacional (contrabando de armas, pessoas, narcotráfico etc.). Como resposta, a ONU reforçou e multiplicou as operações de paz, como ferramenta para o restabelecimento da paz (resolução

de conflitos regionais, verificando assim a transformação do uso coletivo da força militar)<sup>7</sup>.

Neste período, que compreende as grandes operações de paz, levadas a cabo pela ONU, de acordo com sua “Carta”, acabaram se convertendo em operações complexas, que evoluem da seção 6 a seção 8, devendo suas doutrinas e ações mudar o caráter tradicional. (CARTA...,1945 )

Na seção 6, *peacekeeping*<sup>8</sup> - A Manutenção da Paz refere-se às atividades que tendem a criar condições que favoreçam a paz duradoura. Algumas situações passam por *peacekeeping* - Pacificação, procura alcançar a plena reconciliação entre adversários e uma nova compreensão mútua entre as partes e àquelas interessadas – transformação de conflitos, centrada na criação de relações de poder igualmente fortes ou suficientes para evitar conflitos futuros. Outras evoluíram ou nasceram-como seção 8, *peaceenforcing*<sup>9</sup>. A imposição da paz é uma prática de assegurar a paz em uma área ou região. Parte de uma escala de três partes entre a manutenção da paz e construção da paz, às vezes, é considerada o ponto médio. (PEACE..., 2014)

Para Virginia Gamba (2011), a ONU começa a sofrer um desgaste econômico e pessoal, com essas transformações. Passam a ocorrer baixas nas operações, nas forças de paz implantadas pelas potências inclusive. As baixas são causadas por uma complexa realidade de conflito da dinâmica regional e não são compreendidas pelos observadores da ONU e nem pelas potências. Essas baixas são causadas por armas de fogo leves fundamentalmente.

Também segundo a Virginia Gamba (2011), pode-se concluir que o conflito se detém com dinâmicas econômicas que não são compreendidas de imediato, então surgem as primeiras hipóteses da sua dimensão econômica, quando se constata os seguintes fatos, problemas e conclusões:

- as operações de paz da ONU não necessariamente resolveram os conflitos pendentes na Região Sul;

---

<sup>7</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida pela Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento dos Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina), em Buenos Aires/Argentina, em 2011.

<sup>8</sup> Como monitor de Forças de Paz e observador os processos de paz, em áreas de pós-conflito, pude ajudar os ex-combatentes na implementação de acordos de paz, compromissos que eles têm empreendido.

<sup>9</sup> A imposição da paz é diferente de pacificação onde as opções, possivelmente incluindo força, são usadas para trazer as partes em conflito para negociações.

- as armas pequenas e leves não estão controladas e geraram não só a instabilidade militar, mas também a social e impediram a recuperação pós-conflito em sociedades frágeis e não regulares, deve-se então, compreender e controlar a proliferação de armas de fogo e armas leves;

- a globalização pela paz mundial, também gera a globalização dos ilícitos e do crime, sendo necessário compreender e resolver a dinâmica das organizações criminais transnacionais; e

- a dinâmica dos conflitos gera a necessidade de se voltar a pensar na sua resolução, de uma maneira mais complexa que a previamente pensada, devendo compreender e controlar a dinâmica econômica daqueles de cunho regionais e nacionais: raízes do conflito, dependências do conflito, desenvolvimento e segurança como interconexões.

No segundo período, que vai de 1994 a 2000, resgata-se como resposta a perda de vidas nas operações militares de paz (naqueles primeiros esboços dos conceitos sob segurança humana), a descentralização da “segurança” em Organismos Regionais e Sub-regionais, implicando este último na delegação da responsabilidade da segurança a nível regional. Isto devido à perda do interesse das potências em participar de forma direta, através da ONU, em custosas operações de paz (em recursos humanos e financeiros) e por aceitar a Segurança Global como a soma das Seguranças Regionais interconectadas.

Para Virginia Gamba (2011), decorrente disto, surge, por exemplo, as “campanhas mundiais de desarmamento”, lideradas pelo Canadá e pela Cruz Vermelha Internacional, que se materializaram no incremento do interesse pelo controle dos ilícitos e que têm como intento controlar e reduzir a produção, transferência e o uso das armas de fogo, em particular das de pequeno calibre, abrangendo também as pequenas minas terrestres (Convenções de *Ottawa*, *Viena*, *New York*).

Em 1994, o marco do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), adotou o conceito de Segurança Humana de forma integral, abrangendo a noção de desenvolvimento humano, que implica na segurança contra as ameaças em oposição à qualidade de vida do ser humano (fome, enfermidades, repressão, analfabetismo, pobreza extrema, entre outras), somada à segurança clássica: política, militar, de convivência, que vai implicar na necessidade da segurança contra as ameaças de interferência nos padrões da vida cotidiana – nas casas, no trabalho

e comunidades. Ambos os aspectos afetam a todos os setores sociais e econômicos. (*UNITED NATIONS*...., 1994)

O espectro da segurança humana, assim definida, se apresenta muito amplo, sendo necessário para seu tratamento, categorizar conforme realiza Virginia Gamba (2011) em segurança: econômica; pessoal; alimentícia; sanitária; ambiental; da comunidade; e política.

Sobre o fim deste período, a definição de segurança humana está associada mais ao conceito de desenvolvimento humano do que ao conceito de proteção da insegurança política, militar clássica. Levando-se a dizer que a segurança humana consiste em satisfazer as necessidades de todos os seres humanos: comida para a família, habitação, saúde, educação e proteção da violência de qualquer índole, incluídas no Estado.<sup>10</sup>

O terceiro período que vai de 2000 a 2005, se inicia com o compromisso do Milênio que trata de:

[...] uma noção multidimensional sobre a segurança humana vai muito mais além do que a segurança do Estado. A segurança humana é ampla e inclui o direito de:

- a) Participar plenamente do processo de governabilidade;
- b) Obter igualdade no desenvolvimento;
- c) Ter igualdade na acessibilidade dos recursos e necessidades básicas pela vida;
- d) Proteção contra a pobreza;
- e) Acesso a serviços sociais básicos como ser a saúde e a educação;
- f) Proteção contra a marginalização e discriminação baseada no gênero; e
- g) Contar com a proteção contra desastres naturais e contra a degradação ambiental e ecológica.

O marco de referência da segurança humana é proteger a segurança dos indivíduos, famílias, comunidades e do Estado, em toda sua dimensão econômica, política e social. (GAMBA, 2011, p.1)<sup>11</sup>

Os mencionados temas vieram para ficar nas agendas internacionais, pois se viu neles uma via para se abordar as causas dos conflitos interestatais e intraestatais, assumindo assim, uma relação direta e uma interdependência entre os conceitos de Paz, Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento.

Por outro lado, através dos objetivos do Milênio (MDGs) das Nações Unidas, os Estados concordaram em dar prioridade à segurança humana, comprometendo-se com ações que reduzam a pobreza e impulsionem ao desenvolvimento dos

<sup>10</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenário Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas –Argentina/2011).

<sup>11</sup> Definição de Segurança Humana por uma Política Comum de Defesa e Segurança pela União Africana.

marcos do controle e proteção dos recursos energéticos e alimentícios, necessários para as gerações futuras.

Também, conforme cita Virginia Gamba (2011), não se pode esquecer que a quase a totalidade dos países membros da ONU, em setembro de 2000, na cidade de Nova York, durante a Cúpula do Milênio (Foi dada prioridade a denominação “segurança humana”), assinaram a Declaração do Milênio. Assim, os Estados se comprometeram a cumprir para o ano de 2015 oito objetivos (os objetivos do Milênio – MDGs) das Nações Unidas, que tratam dos problemas da vida cotidiana, considerados graves e/ou radicais; eles contemplaram metas concretas e mensuráveis e com prazos definidos para:

- erradicar a pobreza extrema e a fome;
- alcançar uma educação primária universal;
- promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia da mulher;
- reduzir a mortalidade infantil;
- melhorar a saúde materna;
- combater o vírus de imunodeficiência adquirida (VIH/SIDA), a malária e outras enfermidades;
- garantir a sustentabilidade do meio ambiente (desenvolvendo marcos para o controle e proteção dos recursos energéticos e alimentícios necessários para as gerações futuras); e
- fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

Posteriormente, como consequência dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos EUA, e ainda, também as intervenções militares no Iraque, sem autorização das Nações Unidas, a ONU sofre com uma crise de legitimidade funcional devido ao questionamento sobre seu papel internacional e sua eficácia, no que se refere a não ter determinado sua autoridade e não ter identificado as novas ameaças emergentes, que culminaram com a convocação de um “Painel para a Identificação de novas Ameaças para Paz e a Segurança”, onde no ano de 2005, concluiu-se definindo e reconhecendo legalmente as três ameaças:

- proliferação nuclear,
- terrorismo global e
- segurança humana.

Segundo o critério da ONU, a terceira ameaça é a mais importante, Segurança humana, então aquela Organização busca articular e destacar um vínculo entre segurança e desenvolvimento.

Quanto à noção sobre segurança humana, cujo aspecto multidimensional, vai muito além da segurança do Estado, tem como objetivo proteger a segurança dos indivíduos, famílias, comunidades e o Estado em todas as suas dimensões econômico, política e social, se prevenindo de conflitos futuros, através da assistência humanitária de grupos de risco, somando-se a isto o interesse crescente sobre a ecologia e a proteção do meio ambiente.

Este é o marco declarado pela ONU, que no mundo de hoje, uma ameaça a um Estado é uma ameaça a todos e que a erosão da capacidade do Estado em qualquer parte do mundo debilita a defesa de todos os Estados contra as ameaças transnacionais, tais como: terrorismo e o crime organizado. Cada Estado requer cooperação internacional para manter a segurança.<sup>12</sup>

Nesse período, já se apreciava, como consequência, a institucionalização do conceito sobre novas ameaças que legitimaria assim a intervenção militar ante uma ameaça à segurança humana, sendo observado, no entanto, a vigência dos conceitos sobre Desenvolvimento e Segurança (considerados como variáveis necessárias para prevenção e também necessárias na recuperação pós-conflito), necessidade de controle, que vai implicar nos princípios já aceitos sobre segurança humana, num bom governo e no desenvolvimento em geral.

Na quarta etapa considerada, a Assembleia Geral da ONU plasma através da Resolução aprovada pela Assembleia Geral [sem remissão prévia a uma Comissão Principal (A/60/L.1)], o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, que no capítulo “Valores e Princípios”, nos pontos 11, 12 e 13, escreve e ressalta a interdependência dos conceitos de paz, segurança e desenvolvimento.(NAÇÕES UNIDAS, 2005)

Nesse momento ocorre também uma instabilidade internacional, produto da depressão econômica, ano de 2008, levando a uma pobreza emergente (a falência comercial na Espanha, Grécia, Irlanda e Inglaterra), tendo como consequências uma reforma financeira internacional e a austeridade dos países desenvolvidos. Isto leva

---

<sup>12</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – Argentina/2011).

a acentuado interesse pela sustentabilidade do desenvolvimento , entendida como a garantia de acesso a fontes de energia e de alimentos para o futuro.

De acordo com o já visto e de acordo com o manifestado por Evergisto de Vergara (2011), surge então o reconhecimento de temas não militares, tais como ameaças militares. Por exemplo, a reformulação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), (OTAN, 2010)<sup>1314</sup>, com a revitalização pela busca por a “defesa do meio ambiente, recursos e energia”, coincidentemente com o começo da exploração de hidrocarbonetos no Atlântico Sul.

Segundo a Evergisto de Vergara (2011), no ano de 2009, a OTAN reconheceu que a interrupção de fornecimento energético a um país pode destruir a fábrica social e econômica do mesmo, causando efeitos parecidos aos de uma guerra. Por considerar vital a proteção da infraestrutura crítica, assegurou pontos estratégicos no mapa por onde passam os fornecimentos vitais de energia aos países membros, assumindo que a segurança energética e a reação às mudanças climáticas-são dois temas que impõem a aliança com a OTAN, levando a mesma a repensar sua “doutrina marítima”.

Decorrente do que foi citado no parágrafo anterior, como exemplo de interesse e motivo de estudo, poder-se-á citar a nova política de defesa britânica (STRATEGIC ..., 2010)<sup>15</sup>, onde se considera todos os elementos de segurança nacional, interna e externa, de forma conjunta e integrada, e não somente a defesa por si só, examinado:

➤ Dar maior prioridade à prevenção de conflitos – prevendo atuar para responder as causas da instabilidade e não somente atuar nas suas conseqüências.

➤ Concentrar-se em ameaças não convencionais à segurança integral, tais como:

- *Ciber* defesa – infraestrutura e tecnologia;
- Serviços de inteligência;

---

<sup>13</sup> Uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva, em que os Estados-Membros concordam em defender qualquer de seus membros, se atacado por uma facção externa.

<sup>14</sup> Informação verbal ministrada durante a exposição proferida pelo General Evergisto de Vergara, para o Departamento de Estratégia da Escola Superior de Guerra da República da Argentina (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina/2011).

<sup>15</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por a Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – Argentina/2011).

- Efetividade para atuar em emergências civis, segurança energética, crime organizado, contra proliferação e proteção de fronteiras (aqui devem ser considerados os territórios exteriores ultramarinos tais como: as ilhas Malvinas);
  - Exército composto por 95.000 homens, com uma Brigada sempre pronta para ser acionada em nível mundial (como força expedicionária), com capacidade para repor até 30.000 homens em uma só operação; e
    - Forças Especiais.
    - Alianças e parcerias com seguintes objetivos:
      - construir na prática novos modelos de cooperação bilateral – operações multinacionais;
      - fortalecer aliança com EUA;
      - fortalecer aliança com a França;
      - fortalecer aliança com a OTAN, Europa, Ásia, China, Rússia, Brasil e Indonésia e Austrália;
      - fortalecer aliança com a OTAN, UE, G8, G20, *Commonwealth*;
      - fortalecer aliança com as Nações Unidas – ponto chave para os interesses sobre segurança e prosperidade da Grã Bretanha; e
      - desenvolver a construção de uma política energética para Europa, até 2020, e ser o eixo, na comissão da União Europeia, que terá como responsabilidade desenvolver aquela construção.

Também prevê a implementação de reformas estruturais que venham à assegurar a coordenação de atividades exteriores ultramarinas (diplomacia, economia, defesa e inteligência combinadas), priorizando os interesses econômicos e o compromisso pela defesa, onde tenha mais sentido (em países onde o tema militar tem um papel proeminente na tomada de decisão nacional) (STRATEGIC ..., 2010).<sup>16</sup>

Passando ao âmbito internacional, o tema Interdependência da Segurança, em debates internacionais, tem em comum o fato de que todos os países interpretam novas e diversas ameaças à sua segurança nacional e acabam projetando as mesmas no campo global.

---

<sup>16</sup>Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por Virginia Gamba, para o Departamento de Cenário Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – Argentina/2011



Este é o mundo de ameaças transnacionais à Paz e à Segurança, onde decorrentes de ações ou da falta delas, os indivíduos e governos em qualquer parte do mundo podem causar danos a outros a milhares de quilômetros de distância.

É um mundo, onde a segurança nacional é interdependente com a segurança global, no qual os Estados soberanos, atuando individualmente, são incapazes de proteger seus cidadãos.

## 2.2 QUAL O IMPACTO SOBRE A SOBERANIA NACIONAL, A NOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTÍCIA E A CONSEQUENTE LUTA GEOESTRATÉGICA PELO CONTROLE DOS ESPAÇOS MARÍTIMOS E PELOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, TAIS COMO A PESCA?

Para Adolfo Koutoudjian (2011) juntamente com as evoluções em nível internacional e regional, ocorridas na América Latina, verifica-se (dentro do conceito de paz e segurança regional) como manifestações das ameaças e das tendências globais na região, as seguintes:

- A segurança humana e os compromissos do Milênio:
  - energia e alimentação – o elemento de sustentação do desenvolvimento;
  - o meio ambiente e a ecologia – fronteira de batalha por recursos energéticos;
  - o controle do mar e do espaço: armas pela batalha por recursos renováveis e não renováveis; e
  - a segurança humana (saúde, educação, segurança individual, combate a pobreza).
- A nova era de controles:
  - o controle do crime transnacional;
  - contra proliferação nuclear; e
  - o combate ao terrorismo global.

Neste aspecto, se avalia que os impactos da crise financeira, a insegurança pública, o pobre e/ou nulo controle dos espaços marítimos e aéreos, a negligência na administração da energia e recursos em geral, ameaçam a segurança humana e

constituem um obstáculo ao desenvolvimento e a estabilidade da região com projeção internacional.

O exposto generaliza uma nova tensão que se tem manifestado no cume do G20, entre as pressões sobre temas emergentes que afetam a agenda sobre segurança humana da América do Sul, tais como:

- desenvolvimento, economia e segurança;
- a lei e a ordem;
- o governo e o controle do Estado;
- a eco ameaça;
- a crise energética;
- a crise trabalhista;
- a luta geoestratégica por recursos naturais e econômicos; e
- saúde, educação e meio ambiente.

Assim tem se apresentado, segundo o Adolfo Koutoudjian (2011), os temas desta agenda que afetam a segurança humana, os próprios países industrializados (integrantes do G8), que colocam em dúvida a capacidade da América Latina em administrar e racionar responsavelmente os seus recursos energéticos e alimentícios. O problema é que os países desenvolvidos precisam desses recursos energéticos para sustentar sua estabilidade. Este assunto está sendo discutido entre os países e tem se manifestado em:

- o rearmamento sul americano de forma unilateral;
- competência através do controle e/ou defesa dos recursos energéticos e alimentícios na América do Sul (entre Europa, EUA e os países do subcontinente) presentes e potenciais. Os países industrializados propõem que a administração e o monitoramento dos recursos sejam realizados pelos Estados que demonstre ter bom governo, capacidade militar, econômica e científica;
- surgimento de políticas marítimas para o futuro, nos EUA e na Europa, entre 2005 e 2007;
- interesse renovado na Lei do Mar (EUA, continua sem ter assinado); e
- interesse renovado pelo Atlântico Sul e pelas Plataformas continentais (em particular, nos seus recursos).

Não devemos nos esquecer neste momento que a CONVEMAR, em particular nos artigos 55, 56 e 57, versam sobre delimitação e direitos dos Estados ribeirinhos na Zona Econômica Exclusiva, já os artigos 76, 77.1 e 77.2–tratam dos

Direitos dos Estados ribeirinhos no que se refere à plataforma continental. Também se destaca o artigo 77.3, que diz:

“Os direitos do Estado ribeirinho sobre a plataforma continental são independentes de sua ocupação real ou fictícia, assim como de toda declaração expressa” (NACIONES UNIDAS, 1982, p. 57).

Tudo isso está relacionado aos seguintes itens:

- interesse renovado na Antártica; e
- fortalecimento da presença militar externa nos mares sul-americanos (USA com sua “Quarta Frota”, Reino Unido e Noruega nas Malvinas e Antártica). Obama não reverteu a decisão de reativar a Quarta Frota no Caribe (STRATEGIC ..., 2010).<sup>17</sup>

Também merecem destaque os seguintes fatos:

- O discurso de maio de 2008, quando o presidente Obama identificou as três áreas prioritárias que serviriam para guiar suas relações com a América Latina: democracia, segurança e desenvolvimento socioeconômico. Nesses temas e somente neles atuará os EUA na América Latina. (OBAMA, apud GAMBBA, 2011)<sup>18</sup>

- Posteriormente, devido à situação na Líbia e a assinatura da Resolução de 1973/2011, do Conselho de Segurança da ONU, foram dadas as seguintes declarações segundo a Carlos Malamud (2011):

- Presidente Obama em sua primeira excursão pela América Latina (três de março de 2011), onde justificou a intervenção armada na Líbia como uma operação de proteção à população civil da Líbia e também para proteger os interesses dos EUA e do Mundo.

- Presidente do Chile, Sebastian Piñera, (apud MALAMUD, 2011) durante a visita do presidente Obama, em sua excursão pela América Latina (março de 2011), onde afirmou que “[...] a democracia e os direitos humanos não têm fronteiras, justificando a intervenção armada, respaldando a resolução acatada pelas Nações Unidas”.

---

<sup>17</sup> Lic. GAMBBA Virgínia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante a exposição proferida por Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina/2011).

<sup>18</sup> Lic. GAMBBA Virgínia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante a exposição proferida por Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina/2011).

- Presidente Alan García, do Peru, (apud MALAMUD, 2011) apoiou a determinação de uma zona de exclusão aérea e uma intervenção armada, indicando que: “veremos como em pouco tempo a situação mudará em favor da democracia”. O Peru foi o primeiro país a romper relações diplomáticas com a Líbia. (MALAMUD, 2011)

- Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, segundo Carlos Malamud (2011), afirmou que o regime da Líbia não deu importância à decisão das Nações Unidas e por isso [...]“haverá uma intervenção-militar”. (apud MALAMUD, 2011).

- Governo da Costa Rica concorda (apud MALAMUD, 2011) com [...]“as ações para proteção da população civil na Líbia e condena a brutal agressão do regime ditatorial de Gadafi, contra seu próprio povo”.

[...]“O Brasil, que era representante não permanente do Conselho de Segurança da ONU, se absteve à assinatura da Resolução de 1973/2011, igualmente à Alemanha e os restantes dos países do BRIC (Rússia, Índia e China)”. (MALAMUD, 2011). O resto dos países Latino Americanos se opuseram a essa Resolução. Não obstante, este fato não afetou ao presidente Obama que se sentiu satisfeito com o respaldo internacional recebido, o que demonstra o pouco peso político internacional da América Latina. (MALAMUD, 2011)

A Assembleia Geral da ONU já havia se pronunciado sobre a intervenção ilegal, porém legítima, por responder e salvaguardar um bem maior. E assim manter o respeito pela soberania *Westfaliana* dos Estados autorizaria, então, o bem que prescreve a não intervenção diante a necessidade de preservar os direitos humanos. (NACIONES UNIDAS, 2005)

Como se pode concluir, da totalidade do que foi exposto, tudo se resume na busca por recursos renováveis, não renováveis e pela energia necessária para o desenvolvimento de cada país. Assim, tem se identificado como imprescindível para os Estados da Região: melhorar e fortalecer os sistemas de segurança comuns; evitar guerras transfronteiriças (União de Nações Sul-americanas - UNASUL)<sup>19</sup>; aumentar a capacidade nacional de monitoramento, administração e controle dos espaços próprios terrestres, marítimos e espaciais (Colômbia, Chile, Equador, Brasil, Uruguai, Argentina e Venezuela); consolidar uma democracia madura e sustentável,

---

<sup>19</sup> UNASUL é uma organização de âmbito internacional que visa construir uma identidade sul-americana e da cidadania, bem como o desenvolvimento de uma área de regional integrado. É formado por doze estados da América do Sul, representa 68% da população da América Latina.

que garanta o Estado Democrático de Direito; garantir Segurança (conforme a doutrina multidimensional já desenvolvida); e buscar um desenvolvimento socioeconômico.

Tem-se razões para afirmar que as instituições internacionais têm efeitos regulares, pois anteriormente se viram envolvidas nos processos cognitivos dos atores, os quais se baseiam em duas lógicas de comportamento, não necessariamente excludentes: a lógica da consequência e a lógica do apropriado.

A primeira consiste em uma aproximação racionalista pela ação humana, através da qual os indivíduos vão atuar movidos pelos cálculos do custo-benefício, levando em conta que as interações vão ocorrer num contexto de normas que podem ou não ser cumpridas. Por outro lado, a lógica de apropriado considera que as ações dos atores devem ser coerentes com o sistema de valores imperantes, pois formam parte das identidades dos atores.

### 2.3 PROJEÇÃO DE AMEAÇAS EMERGENTES NA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul, ainda não conseguiu consolidar um pensamento regional, nem tem instrumentos efetivos pela busca de políticas comuns. Uma política comum é necessária, em função dos espaços marítimos sul-americanos, em função da Antártida e em função de códigos de conduta para exploração, exploração e para o uso de recursos renováveis e não renováveis na região.

A falta de políticas comuns dilui a habilidade dos países envolvidos para enfrentar ameaças externas comuns, em especial no que se refere ao controle marítimo e espacial da região, falta também uma presença administrativa dos recursos e o controle da criminalidade (paz, estabilidade e segurança interna).

As novas tensões serão entre as pressões sobre segurança humana na América do Sul, frente às pressões vindas dos países industrializados, as quais como já foram tratadas, pretenderiam assumir o controle e monitoramento dos recursos alimentícios e energéticos dos países que não demonstrassem uma capacidade de gestão responsável. Este fato seria analisado de país para país, isto como também já foi exposto motivaria o rearmamento sul-americano.

A falta de confiança entre os países dessa região influi negativamente. A América do Sul precisa unir-se em prol da obtenção de uma política comum, que faça frente à mencionada competência internacional emergente. Por a falta de confiança, interesses comuns e diálogo utiliza-se a dissuasão como base da defesa do território físico e marítimo.

Em síntese, a maior ameaça emergente na América do Sul é a perda sistemática dos países da capacidade de administrar seus próprios territórios, em benefício de seus próprios povos.

Para que seja possível melhorar a capacidade de administração e controle, torna-se necessária uma melhor construção de instrumentos comuns na América do Sul, uma presença real militar superior, capacidade de observação e uma ação rápida e eficiente.

Isto ocorrerá de país para país e/ou ocorrerá conjuntamente, como região. Do contrário, outras regiões, buscarão legalmente que lhes sejam delegadas a habilidade de administrar em nome de todos, através de ações como: a Quarta Frota; bases na Colômbia; política marítima européia; luta pelo controle dos espaços; e exploração e exploração dos recursos.

Conforme até agora foi exposto, se avalia que efetivamente a falta de compromisso com a administração responsável dos recursos e dos espaços marítimos impulsionará os países desenvolvidos a pressionarem pela prerrogativa ao direito de gestão aos mesmos, constituindo “uma ameaça presente” ao exercício soberano dos direitos e obrigações, à preservação, exploração e desenvolvimento dos recursos renováveis, que como Estado ribeirinho, nos garante juridicamente a CONVEMAR nos espaços marítimos sob nossa jurisdição.

Neste novo contexto, visa-se somente o mar. Uma reavaliação do espaço marítimo está ligado a três fatores:

- existência de uma tecnologia que permite a exploração e exploração dos recursos marinhos de forma comercialmente viável;
- potencial alimentício que fornece o mar; e
- potencial energético que se encontra no leito do mar.

Obviamente, os países que investirem numa melhor tecnologia e que estejam dispostos a defender e ter o controle do mar, através de suas armadas, e também o controle do espaço, terão mais vantagens sobre os outros. Estados

Unidos, Japão, Austrália e a União Europeia, entre outros, tem desenvolvido novas políticas marítimas nos últimos anos.

Nos mapas marítimos da União Europeia, em 2007, por exemplo, a Plataforma Continental Argentina e a Antártida argentina/chilena figuram como território europeu. Está igualmente certo que entre os países que buscam soberania sobre a Antártida, os europeus reconhecem seus limites entre si, porém não reconhecem as reivindicações, nem da Argentina, nem tampouco do Chile.<sup>20</sup>

A competência emergente está começando a ser vista em temas tratados na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e na extensão do tratado Antártico, e todo isto tem conduzido um novo interesse em gerar, zonas marítimas de paz e cooperação, que se materializaram em foros como a zonas de cooperação e de paz marítima, no Atlântico Sul, ZOPACAS.

Para compreender as razões pelas quais a ZOPACAS foi criada, torna-se imprescindível uma rápida retomada histórica à época da Guerra Fria. Para Evergisto de Vergara (2011), o Atlântico Sul, nesse contexto, tinha um papel marginalizado, no tocante às geoestratégias das potências ocidentais. Esta divisão entre Norte desenvolvido e Sul em desenvolvimento é estabelecida basicamente pelo Trópico de Câncer, linha que delimita o sul da área do Tratado da Aliança do Norte.

Atualmente, o Atlântico Norte e o Atlântico Sul possuem realidades bem distintas. No Norte, se encontram a maioria dos países desenvolvidos, enquanto que no Sul, as nações que estão em desenvolvimento.

A principal importância dessa região oceânica (Atlântico Sul), segundo Penha (2010), era a de uma rota marítima, principalmente, no que tange ao transporte do petróleo, que era controlado pelas potências ocidentais. Nesse sentido, a fim de se garantir esse dado controle; afirma:

[...] alguns mecanismos militares foram implementados: o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – entre os Estados Unidos e os países da América do Sul (1947) e o “Acordo de Simonstown”, estabelecido entre a África do Sul e a Grã-Bretanha (1955-1975). Também, nesse contexto, menciona-se a iniciativa, por parte da Argentina e da África do Sul (e apoiada formalmente pelos Estados Unidos nos anos 80), da criação de um sistema de segurança regional integrado, consubstanciado na OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul [...]. (PENHA, 2010).

---

<sup>20</sup> Lic. GAMBÁ Virgínia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante a exposição proferida por Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenários Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República da Argentina (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina/2011).

Essa organização funcionaria “aos moldes da aliança militar liderada pelo EUA e Europa, no Atlântico Norte. A proposta, inicialmente levantada pela África do Sul foi recusada pelo Brasil, que se opunha à militarização do Atlântico Sul.” (JOSÉ, 2011).

A malograda criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) foi uma tentativa de se estabelecer uma aliança militar na região do Atlântico Sul, ainda que no contexto da Guerra Fria, já que a URSS passava a influir cada vez mais na região do Atlântico Sul, principalmente com os movimentos de independência no Continente africano. Em diversas ex-colônias. Sobre isso, assevera Marques (2006):

[...] os comunistas tomaram o Poder, dada à sua identificação com o anticapitalismo e, portanto, com o anti-imperialismo, particularmente em países que se formaram a partir da vitória de uma insurreição popular organizada e mantida tenazmente à base da guerrilha, como na Indochina, em Moçambique e em Angola. (MARQUES, 2006).

Por ocasião do Conflito das Malvinas, em 1982, os EUA prestaram apoio ao Reino Unido, aliado da OTAN, em detrimento da Argentina, país membro do TIAR. A África do Sul, da mesma forma, prestou apoio à força britânica, através da Base Naval de *Simonstown*. O Conflito da Malvinas selou o fim da criação da OTAS e acabou por gerar, em contrapartida, o acordo da ZOPACAS.

Mais recentemente, outras tentativas de associação do Atlântico Sul à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou à criação de um organismo do tipo OTAS, por países extrarregionais, apareceram sob diferentes formas:

- em 2010, o ministro da Defesa de Portugal sugeriu colocar o Atlântico Sul na esfera da OTAN;
- a “Iniciativa do Atlântico Sul”, proposta pela Espanha, em 2009, com a “Declaração de *Lanzarote*”; e
- a “Iniciativa para a Bacia do Atlântico”, proposta sob o patrocínio de um grupo de instituições dos EUA e da Europa. O interesse de Portugal e Espanha em relação à união geoestratégica do Atlântico pode ser explicado pela busca de mais protagonismo na OTAN, onde esses países são considerados coadjuvantes quando comparados com as maiores potências europeias. (SILVA, 2014, p. 204).

Segundo Ruy de Almeida e Silva (2014), não se pode deixar de considerar os atores extrarregionais que possuem posições no Atlântico Sul e as iniciativas que tentam transformar o Atlântico em uma grande e indivisível bacia.



Entre estes atores, a Grã-Bretanha tem uma posição privilegiada por dominar um conjunto de posições, por meio das ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, Malvinas e Geórgia do Sul/*Sandwich* do Sul, sendo que a disputa com a Argentina em relação às Malvinas ainda se constitui no principal foco de tensão envolvendo um país extra-região.

A França é outro ator extra-regional, com a sua presença no Departamento Ultramarino da Guiana, onde se localiza o importante centro espacial de *Kourou*, que faz lançamentos para a França e para a Agência Espacial Europeia, o que, em termos geoestratégicos, têm implicações, tanto na América do Sul quanto no Atlântico Sul.



**Grafico 1:** Geoestratégia do Atlântico Sul e Amazônia Azul

**Fonte :** Palestra "O Atlântico Sul e o Poder Naval Brasileiro", ministrada pelo Almirante de Esquadra (Fuzileiro Naval) Álvaro Augusto Dias Monteiro proferida em comemoração da Data Magna da Marinha do Brasil, no Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro 12 JUN2014 e palestra proferida no III Simpósio de CT&I, no Rio de Janeiro 26SET2013.

Nessa mesma vertente, entende-se que as possessões desses dois países são consideradas pela OTAN, outro ator extra-regional, como posições que permitem que o Atlântico Sul possa ser mantido sob controle, no caso de qualquer eventualidade relacionada com ameaças aos seus interesses na Região.

Estas possessões são bases de apoio para futuras necessidades de segurança, envolvendo os interesses da OTAN, que já não se limitam às fronteiras dos países que a compõem, conforme explicitado em seu Conceito Estratégico, de 2010:

“[...] a instabilidade ou o conflito para além das fronteiras da OTAN podem diretamente ameaçar a segurança da Aliança, inclusive por meio do fomento ao extremismo, ao terrorismo e a atividades ilegais, tais como o tráfico de armas, narcóticos e pessoas” (NATO, 2010).

### **3 INSTRUMENTOS, AÇÕES, INICIATIVAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS EM TORNO DA AMÉRICA DO SUL**

O Brasil, de todos os países da América do Sul, tem se destacado por meio de ações, iniciativas e políticas públicas, desenvolvidas no que diz respeito ao tema “Atlântico Sul”, isto nos últimos anos, servindo como exemplo para os demais países. No entanto, a Argentina, apesar de ter seguido o mesmo caminho, apresentou pouco êxito.

#### **3.1 INICIATIVAS DO BRASIL**

O Brasil, através da Estratégia Nacional de Defesa (END), tema de interesse de todos os setores da sociedade brasileira (baseada nos fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal), tem centrado suas ações estratégicas a médio e longo prazo, direcionadas na modernização da estrutura da defesa nacional. Conceitualmente, centra-se em três eixos fundamentais:

- reorganização das FA;
- reestruturação da indústria nacional de material de defesa; e
- política de composição dos efetivos das FA.

O Brasil considera a Estratégia de Defesa como inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

A negação do uso do mar por parte de potenciais inimigos, o controle de áreas marítimas e a projeção do poder concentram-se nos seguintes objetivos:

- defesa das plataformas petrolíferas;
- defesa das instalações navais e portuárias;
- prontidão para responder ante a qualquer ameaça, seja de um Estado ou de outras forças não convencionais ou criminais, por vias marítimas; e
- capacidade de participar em operação de paz pelas Nações Unidas.

Entre suas medidas de implementação, quando trata da Inserção Internacional, aponta para o incremento do apoio à participação do Brasil no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa (MD) e demais

ministérios, dentre outros mecanismos, com processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a sua capacidade de negociação por meio de:

- processo de decisão sobre o destino da Região Antártica;
- ações que promovam e ampliem a projeção do País no concerto mundial e reafirmem o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos;
- em particular (segundo o Plano Brasil 2022 - complementado pelo Plano Brasil Maior), em fóruns internacionais relacionados com as questões estratégicas, priorizando organismos regionais como o Conselho de Defesa Sul Americano (CDS), União de Nações Sul Americanas União de Nações Sul Americanas (UNASUL), com estímulo à integração da América do Sul. Essa integração não só contribuirá para a defesa do Brasil, como também fomentará a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Este fato afastará à possibilidade de conflitos internos nesta região. Todos os países membros têm avançado rumo à construção de uma unidade na América do Sul. O CSD, em discussão pela Região, resolveu que serão criados mecanismos consultivos que permitirão prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dela participe país estrangeiro à região.
- relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica;
- incremento da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive com a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e
- consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e o incremento na interação inter-regional, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). (BRASIL, 2005, p 4).

Por outro lado, a Política Nacional de Defesa (PDN), (BRASIL, 2005), que fixa os objetivos a serem atingidos pela END, indica a importância da consolidação da ZOPACAS como fator de contribuição para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico.

O planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais, onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, deve-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul.

O País deve dispor de meios com capacidade de exercer a vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; e do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul (BRASIL, 2008, p 2).

Ratificada pelo Brasil, em 22 de dezembro de 1988, a CONVEMAR somente entrou em vigor em 16 de novembro de 1994, estabelecendo um prazo de dez anos para que os Estados ribeirinhos concluíssem as atividades de levantamento de suas Plataformas Continentais e apresentassem um relatório de seus estudos à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas, apresentando os limites exteriores de suas Plataformas Continentais Jurídicas (PCJ).

No Brasil, o programa do Governo Federal destinado a este fim se chamou LEPLAC e, portanto, sua tarefa era estabelecer o limite da Plataforma Continental além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), conforme os critérios estabelecidos pela CONVEMAR.

Em setembro de 2004, o Brasil apresentou sua proposta à referida Comissão, solicitando incluir 900 mil quilômetros à ZEE.

Segundo a Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM) e da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha (DGePEM) (BRASIL, 2013), em março de 2007, depois de haver deliberado sobre a referida proposta, a CLPC formalizou com o governo brasileiro sua decisão, como forma de recomendações, segundo as quais o Brasil poderia apresentar uma nova proposta que, se aceita, permitiria incorporar um mínimo de 700 mil quilômetros quadrados e um máximo de 950 mil quilômetros quadrados à sua ZEE. O que significa dizer que o Brasil passaria a ter sobre sua jurisdição uma área marítima de 4.5 milhões de quilômetros quadrados, praticamente a metade do território brasileiro, uma área marítima que, no âmbito naval, se chama de Amazônia Azul.

Assim, surge o Projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que está avaliado em US\$ 10 bilhões e se configura num conjunto de sistemas que tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento e controle das águas jurisdicionais das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do

Brasil, a fim de contribuir para a mobilidade estratégica, representada pela capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade<sup>21</sup>.

Não se pode esquecer que por esta rota passam 95% do comércio exterior brasileiro e onde estão localizados 80% do petróleo do país.

A “Amazônia Azul” consiste numa área de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros, correspondente, em tamanho, à Amazônia terrestre<sup>22</sup>. Esse projeto utiliza-se de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento, a fim de monitorar as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Tal estrutura comporá uma rede de informação e de apoio à decisão. Ou seja, sob esse aspecto, o sistema aumenta a capacidade de resposta aos eventos que representam uma ameaça para a vida humana, segurança, economia e meio ambiente.

Os possíveis benefícios desse sistema seriam advindos do fato de que ele emprega civis e militares, além de ser útil no combate às novas ameaças, tal qual o tráfico ilegal de entorpecentes e na própria possibilidade de operação com outros sistemas, como o Sistema de Vigilância de Fronteiras (SISFRON), o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA).<sup>23</sup>

O SisGAAz, segundo se informou durante seu lançamento<sup>24</sup>, já tem uma previsão orçamentária de R\$ 9 milhões este ano para concluir a fase de contratação da empresa que será a responsável pela implantação do programa. Isso deve ocorrer a partir de 2015.

Trata-se de um programa complexo composto de vários projetos. O atual Programa Nacional de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, por exemplo, precisará receber as informações do SisGAAz .

---

<sup>21</sup> A importância estratégica do SisGAAz se dá no fato dela atender as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), já que ela se dá sob a égide do trinômio “monitoramento/controle”, “mobilidade” e “presença”.

<sup>20</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por Almirante de Esquadra Luiz Guilherme Sá de GUSMÃO, durante “O LANÇAMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL – SisGAAz -” A cargo da “Diretoria-Geral do Material da Marinha” e da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha”. Escola de Guerra Naval. Urca - Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 17 de janeiro de 2014.

<sup>23</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida pelo Diretor da DGePEM – Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha, Vice-Almirante Antonio Carlos Frade Carneiro no III Simpósio de CT&I, no Rio de Janeiro 26SET2013.

<sup>24</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida pelo Diretor da DGePEM – Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha, Vice-Almirante Antonio Carlos Frade Carneiro no III Simpósio de CT&I, no Rio de Janeiro 26SET2013.

O processo de vigilância da costa brasileira estará todo interligado. A previsão é que o SisGAAz seja concluído em sua totalidade dentro de um prazo de 10 a 12 anos.<sup>25</sup>

Em relação ao tema pesca, o Brasil vem realizando uma intensa atividade. Recentemente, o Ministério da Pesca e Aquicultura, criado em 2009, no âmbito da cooperação bilateral Brasil-Noruega, promoveu através da Convenção das Nações Unidas, de 24 a 27 de março de 2009, em Brasília (DF), um Seminário Internacional sobre o “Direito do Mar (CONVEMAR) e outros instrumentos legais e iniciativas. A abertura do Seminário contou com a presença do Ministro da Pesca e Aquicultura brasileira. (INSTITUTO DE PESCA, 2014).

Este seminário foi muito bem recebido no âmbito profissional e contou com a participação de destacados especialistas internacionais, tendo a responsabilidade de analisar criticamente a CONVEMAR, contando, ainda, com outros importantes instrumentos internacionais relacionados à pesca e aos oceanos. Entre estes, cabe mencionar o Acordo das Nações Unidas sobre Estoques Pesqueiros, Planos de Ação Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>26</sup>, Diretrizes Internacionais para garantir uma Pesca Artesanal Sustentável e o Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável.

Este tipo de atividade, em particular, teve um efeito multiplicador, por ter proporcionado aos especialistas participantes uma oportunidade única de se discutir, trocar idéias e propostas proativas entre os técnicos do Ministério da Pesca e

---

<sup>25</sup> Palestra proferida por Almirante de Esquadra Luiz Guilherme Sá de GUSMÃO, durante “O LANÇAMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL – SisGAAz -” A cargo da “Diretoria-Geral do Material da Marinha” e da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha”. Escola de Guerra Naval. Urca - Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 17 de janeiro de 2014.

<sup>26</sup> A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, conhecida mundialmente como a FAO (por sua sigla em Inglês: *Food and Agriculture Organization*) é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para derrotar a fome. Ele fornece os seus serviços para os países desenvolvidos, como os países em desenvolvimento; FAO atua como um fórum neutro, onde todas as nações se reúnem como iguais para negociar acordos e debater políticas. É também uma fonte de conhecimento e informação, ajudando os países em desenvolvimento e transição modernizar e melhorar as práticas de agricultura, silvicultura e pesca e garantir uma boa nutrição para todos. A 15 de junho de 2013 FAO tem 197 membros: 194 Estados membros, uma organização membro (da União Europeia) e 2 Usuários Associados (Ilhas Faroé e Tokelau) .1 Também fazem parte do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas. Fonte In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikipédia, 2014. Disponível em: W [http://es.wikipedia.org/wiki/Organizaci%C3%B3n\\_de\\_las\\_Naciones\\_Unidas\\_para\\_la\\_Alimentaci%C3%B3n\\_y\\_la\\_Agricultura](http://es.wikipedia.org/wiki/Organizaci%C3%B3n_de_las_Naciones_Unidas_para_la_Alimentaci%C3%B3n_y_la_Agricultura). Acesso em: 26 de setembro, 2014.

Aquicultura, técnicos do Ministério das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Comando da Marinha e Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. (INSTITUTO DE PESCA, 2014).

Outro Instrumento também importante é a ZOPACAS, resultante de uma proposta feita à ONU pelo então Presidente brasileiro José Sarney, com o apoio do Presidente argentino Raúl Alfonsín, na qual visa promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança dos países que aderiram ao projeto interzonal.

Assim, em 27 de Outubro de 1986, através da Resolução da ONU nº 41/11, foi criado este fórum de dimensões múltiplas, visando à cooperação Sul-Sul e tendo como Estados-Membros os países da costa Leste da América do Sul (Brasil, Uruguai e Argentina) e os da costa Oeste da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, *Côte d'Ivoire*, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo).(SOUTH...,1986).

O objetivo principal do acordo consiste em ampliar o espaço geoestratégico para a integração e colaboração regional, cooperando em múltiplos aspectos, mas centrado essencialmente na vertente da segurança marítima e cooperação estratégica para o desenvolvimento sustentável.

Os principais objetivos da ZOPACAS, desde a sua criação até hoje, são: defender a independência, a soberania, a integridade territorial e desenvolver as relações sob condições de paz e liberdade; proteger a região da militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, das armas nucleares; estimular a cooperação regional para o desenvolvimento econômico e para a paz; defender os princípios e normas do Direito Internacional, aplicáveis ao espaço interzonal; impelir a paz e a segurança internacionais, eliminando todas as fontes de tensão na Região; e incentivar a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos da imensa área oceânica.

Até a presente data, foram realizadas sete conferências: o Brasil sediou a 1ª e a 3ª reunião (Rio de Janeiro - 1988 e Brasília - 1994), a Nigéria sediou a 2ª reunião (Abuja - 1990), a África do Sul a 4ª reunião (Cidade do Cabo - 1996), a Argentina a 5ª reunião (Buenos Aires - 1998), Angola a 6ª reunião (Luanda – 2007) e o Uruguai a 7ª reunião (Montevideú – 2013).

A última Reunião Ministerial da ZOPACAS ocorreu em Montevideú, nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2013, e focou essencialmente a área de Segurança e Defesa.



A maior atenção foi dada aos temas de defesa e segurança, tendo sido evidenciada também pela própria presença dos Ministros da Defesa dos países-membros, no encontro realizado no Uruguai. Esta foi a primeira vez que eles foram chamados à reunião da ZOPACAS, desde que o foro foi criado em 1986.

Apesar de a Guerra Fria ter acabado, na percepção do Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, a ZOPACAS ainda é passível de intervenções externas. Segundo o Ministro, a pirataria, o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo, se não forem combatidos pelos países da região, poderão atrair de maneira negativa outros para se ocuparem dessa tarefa, por isto considera importante intensificar a cooperação na área da Defesa. (BRASIL, 2013).

Na 7ª Reunião Ministerial da ZOPACAS, realizada em Montevideu, em janeiro de 2013, a Declaração resultante do evento deliberou pela realização conjunta de: levantamentos das plataformas continentais e recursos marinhos; seminários abordando a segurança das rotas marítimas; operações de busca e salvamento; e troca de experiências na área das operações de paz.

Em continuidade as ações deliberadas na Reunião de Montevideu, o MD realizou, em outubro de 2013, em Salvador/BA, o 1º Seminário ZOPACAS - Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento-. No evento, foram realizadas oficinas de trabalho sobre Consciência Situacional Marítima, Vigilância Marítima e Busca e Salvamento. (BRASIL..., 2013).

Pode-se observar que o MD está valorizando as políticas voltadas para a revitalização da ZOPACAS, priorizando temas relativos aos recursos marinhos e à segurança. Estas iniciativas visam projetar e consolidar a presença sul-americana e africana nesta área, afastar atores externos, defender os recursos existentes, e favorecer a convergência econômica e comercial entre a América do Sul e a África.

O texto da declaração elaborada é, de fato, ambicioso e cobre toda nossa ampla agenda, afirmando ou reafirmando conceitos essenciais nas áreas do desarmamento, da paz e da segurança, defesa, temas econômico-comerciais, desenvolvimento sustentável, recursos marinhos e combate a ilícitos internacionais.

O Plano de Ação ajudará a orientar as iniciativas e incorporar propostas importantes para novos passos no mapeamento e exploração dos fundos marinhos, na cooperação ambiental, no transporte marítimo e aéreo e na segurança/ transporte, assim como na área de defesa, prevendo inclusive o intercâmbio de informação sobre políticas de defesa e, por fim, na área de combate ao crime

organizado transnacional. Prevê, ainda, um trabalho de grande significado na área de formação profissional e fortalecimento institucional.

Em intervenção realizada durante a reunião plenária do encontro, o Ministro Celso Amorim, destacou a importância de se ampliar a cooperação em Defesa entre os países do foro. “Hoje vivemos uma realidade em que é muito difícil dizer exatamente onde, como e quais serão as intervenções externas dos conflitos que poderão surgir”, disse ele. “Esses fatos tornam ainda mais importante e vital a manutenção da nossa zona de paz e cooperação.” (BRASIL, 2013).

Segundo o ministro brasileiro, a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de defesa no contexto da ZOPACAS não restringe o combate direto aos crimes que assolam o Atlântico Sul. “Essas mesmas atividades ilícitas podem atrair, de maneira negativa para nossa área, a presença de intervenções externas”, alertou o ministro. “Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial e neocolonial.” (BRASIL, 2013).

Neste contexto, merece ser citado, que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul americanas (UNASUL), são outras das iniciativas que participa o Brasil junto com a Argentina e outros países sul-americanos, este fato segundo a Mauro Santayana (2014), estaria despertando o interesse dos EUA e seus parceiros da Aliança Atlântica, isto no âmbito militar e de defesa. De acordo com o indicado pela fonte citada abaixo, existe um estudo recente, publicado pelo CENAA (*Center for European and North Atlantic Affairs*), denominado *Nato Global Partnerships in the 21 century - Parcerias globais da OTAN no século 21*.

Este trabalho analisa as perspectivas de atuação da OTAN, a aliança militar que une a Europa e os EUA, em relação ao Brasil, a Argentina e a América Latina, numa tentativa de se aproximar da região, como um ensaio para abrir espaço para a atuação da organização no Atlântico Sul, e em outras regiões do Mundo, isto fora do espaço tradicional do Hemisfério Norte. (SANTAYANA, 2014).

### 3.2 QUAIS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS TÊM IMPULSIONADO O ESTADO ARGENTINO NO DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DO SETOR PESQUEIRO? QUAL TEM SIDO SEU IMPACTO – ÊXITO?

O eixo de todas estas iniciativas tem sido estabelecer o direito sobre seus próprios mares. A batalha mais importante travada pela Argentina está relacionada à obtenção deste reconhecimento, através dos direitos sobre as plataformas continentais, devido serem as de maior rentabilidade. Daí, a fixação em determinar limite exterior da plataforma continental do mar argentino, que acabou acontecendo diante de uma apresentação, em 21 de abril de 2009, na CLPC. A CONVEMAR constitui-se na mais importante instituição.

A Argentina terá que exercer seus direitos soberanos sobre os recursos marítimos renováveis e não renováveis, tendo como objetivo a prosperidade, através da aplicação da tecnologia, equipamentos e da Força para monitorar, controlar e defender o mar territorial ao seu redor. Igualmente, a América do Sul como região em vias de desenvolvimento, necessita tomar para si, e assim priorizar, a defesa dos direitos argentinos em relação aos próprios mares, para que se tornem uma prioridade regional própria e não de outras regiões. Deste modo, é fundamental que ocorra uma negociação final sobre situação das ilhas das Malvinas. Neste momento, já que não afeta somente a Argentina e Grã Bretanha, mas, todos os países da região.

Basta que seja considerado o aumento da demanda de alimentos, como crítica para o ano de 2050, quando segundo os indicadores demográficos do Banco Mundial, a totalidade da população alcançaria os 9.100 milhões de habitantes. O Subcontinente e suas águas circundantes seriam, então, fontes que satisfariam a dita demanda, assim como a de energia e água potável, com alta probabilidade de que os denominados “espaços vazios” terrestres (a Amazônia e a Patagônia), os marítimos como as plataformas continentais e as zonas econômicas exclusivas, venham a se converter em áreas de disputa, situação esta, facilitada originalmente

por circunstâncias internacionais de ordem política e jurídica.<sup>27</sup>

A Argentina apresenta espaços marítimos e, como exemplo, podemos citar em primeiro lugar a decisão política emanada pela Declaração de nº 41/11, de 1986, da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde se considera este espaço “Zona de Paz e Cooperação”, mantendo-a como uma área livre de conflitos, apesar da ocupação ilegal britânica de territórios e espaços marítimos no Atlântico Sudocidental, a qual impacta sobre a disponibilidade dos recursos pesqueiros da zona econômica exclusiva argentina.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta que por razões de ordem prática, as organizações internacionais pactuam com “grupos de trabalho regionais”, com o propósito de coordenar políticas, pesquisas e trabalhos numa escala delimitada e específica. Normalmente, os ditos grupos cumprem com uma participação nos Estados, através da jurisdição de cada Região. Ainda existe a pretensão britânica, quando reivindica o direito a integrar os grupos de trabalho na Região do Atlântico Sudocidental. A constante negativa Argentina em aceitar, constitui-se num obstáculo habitual em concordar com este esquema de trabalho regional que, em alguns casos, foram salvos parcialmente, mediante as intervenções particulares que delimitaram o sul, área de trabalho.

Em terceiro lugar, pode-se citar a demora na regulamentação da Lei de Pesca, nº 24.922, cujo título real seria o Novo Regime Federal de Pesca, que ordenou a criação do Registro de Pesca e do Fundo Nacional Pesqueiro que regula as tarefas de monitorar e investigar, desenvolver e controlar o setor pesqueiro.

Finalmente, o caso da Declaração Conjunta Argentina - Britânica, de 27 de setembro de 1995, com a atribuição de formular a salvaguarda da soberania, posteriormente denunciadas pelo governo argentino. Esta iniciativa foi enunciada como “Cooperação sobre Atividades da Costa fora do Atlântico Sudocidental”, limitada à exploração e exploração de hidrocarbonetos na área, sujeita pela disputa da soberania e jurisdição entre ambas as partes.

---

<sup>27</sup> Lic. Adolfo KOTOUDJIAN. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante a exposição proferida pelo Lic. KOTOUDJIAN ao Departamento de Estratégia e Relações Políticas Internacionais da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas –Argentina/2011).

Não obstante, constitui-se num reservatório de riquezas, no desenvolvimento da exploração e exploração de recursos naturais nas águas jurisdicionais argentinas, além das limitações de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e da capacidade sob o controle, aspecto este, que permite a exploração irresponsável e espoliação favorecida pela ignorância, impotência ou incapacidade do Estado ribeirinho (neste caso o Estado Argentino), outras dificuldades se originaram por circunstâncias internacionais de ordem política e jurídica, a saber:

- a decisão política emoldurada à Declaração nº 41/11, de 1986, da Assembleia Geral das Nações Unidas, no que diz respeito a espaço como a “Zona de Paz e Cooperação” e a manutenção desta área como livre de conflitos, apesar da ocupação ilegal britânica de territórios e espaços marítimos no Atlântico Sudocidental, a qual tem impactado a disponibilidade dos recursos pesqueiros da zona econômica exclusiva argentina;

- a questão da pesca de espécies transzonais e altamente migratórias na área exterior adjacente da zona econômica exclusiva (milha 201), permanece como matéria pendente de resolução, por provocar um certo prejuízo, embora insuficientemente quantificado, sobre a exploração da sua própria pescaria; e

- cabe recordar que o Sistema Antártico impõe normas e *status* particulares sobre distintos recursos e tem proibido ou restringido sua exploração.

Pertinente lembrar que a ONU voltada para a Agricultura e a Alimentação e para um mundo sem fome (FAO), cuja finalidade, através do Departamento de Pesca e Agricultura, vem a ser apoiar e promover um desenvolvimento sustentável e responsável pela mesma, assessorando sobre a implementação de políticas pesqueiras e Códigos de conduta para uma pesca responsável (ORGANIZATION..., 2010), tem identificado e delimitado 19 áreas principais da pesca, que se utiliza com fins estatísticos.

Uma destas áreas de pesca denomina-se “Atlântico Sudocidental”, e cobre uma área escolhida de forma arbitrária, ligeiramente coincidente com águas jurisdicionais argentinas. Em outros casos, como o Programa Científico Internacional de “Avaliação Global de Captura de Espécies de Longa Vida”, onde se optou em considerar o “Atlântico Sudocidental” como uma área que engloba águas regionais do Brasil, Uruguai e Argentina, porém exclui as ilhas Malvinas.

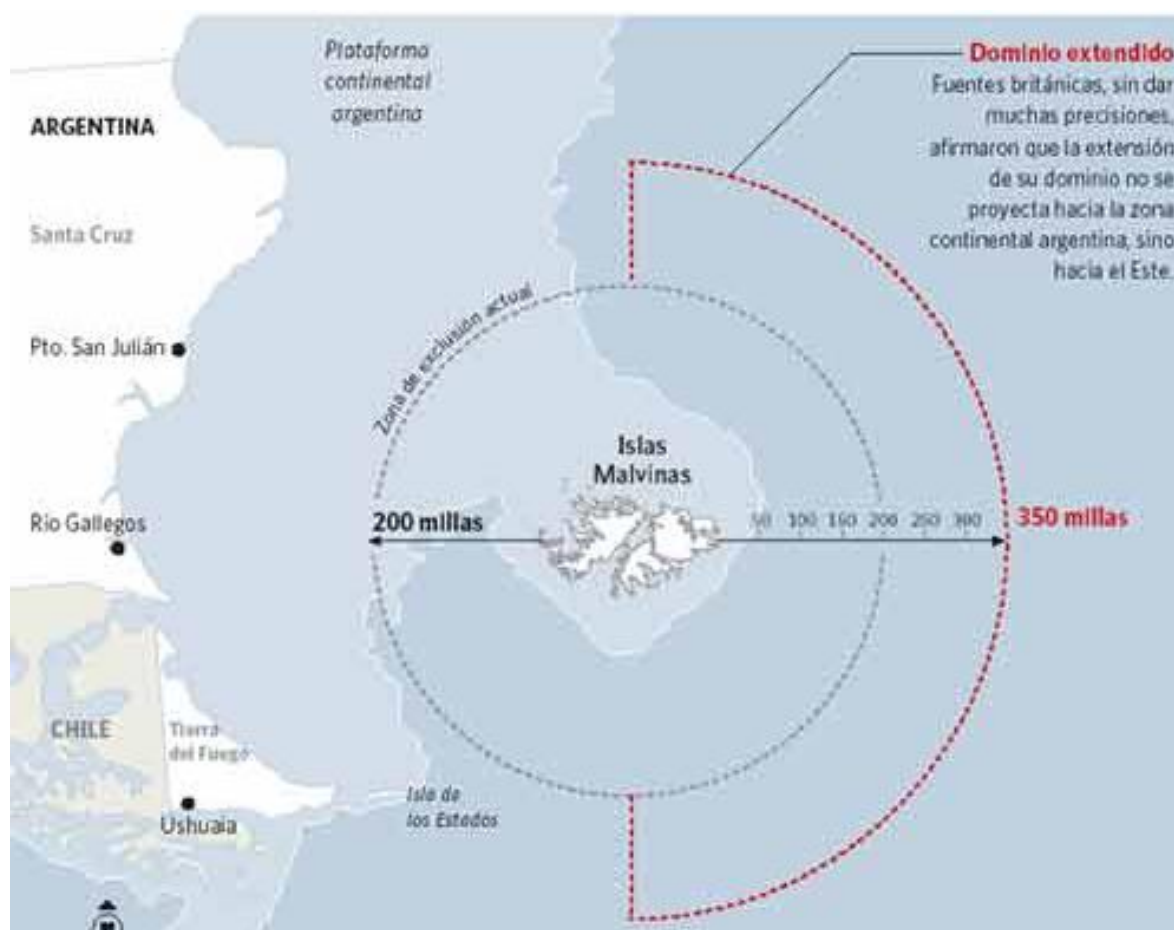
O “Atlântico Sudocidental” não faz parte de várias estruturas de ação regional, tais como: sistema de comissões regionais de pesca, da FAO; Programa de

Mares Regionais; e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).<sup>28</sup>

Em relação à pergunta: Quais teriam sido os impactos das “políticas para o desenvolvimento e controle do setor pesqueiro que tem sido impulsionado o Estado Argentino? Pode-se obter como resposta que somente cabe assinalar que:

- A denominada Lei de Pesca, n° 24.922, cujo título real é o Novo Regulamento Federal de Pesca, que criou o Registro da Pesca e o Fundo Nacional Pesqueiro, foi publicada no Boletim Oficial de 12 de janeiro de 1998, recém regulamentada, apenas 11anos depois, em novembro de 2009.

### ZONA DE CONSERVAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA



**Gráfico 2** - Zona de conservação e administração pesqueira.

**Fonte:** Palestra proferida por Alte. KENNY na Departamento de Interesses Marítimos da Escola Superior de Guerra da República Argentina (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina – 2011)

<sup>28</sup> Informação verbal ministrada durante a palestra proferida por Alte Kenny no Departamento de Interesses Marítimos da Escola Superior de Guerra da Republica Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forcas Armadas – Republica Argentina, 2011).

Considerando que a citada regulamentação deveria regular o orçamento e a administração do Instituto de Pesquisa Pesqueira (INIDEP), as companhias de monitoramento, pesquisa e as consequentes ações de controle têm sido delimitadas. (ARGENTINA, 1997).

Nos últimos dez anos, a captura total efetuada pelos barcos argentinos tem, em média, 900.000 ton, que se indica, além de algumas flutuações, um panorama estável em termos de volumes de captura.

É interessante destacar que a máxima captura anual registrada corresponde ao ano de 1997, que alcançou 1.340.000 ton., porém à custa de muitos esforços sobre a pesca da *Merluza Hubbsi*, que somente depois de dois anos se decretou o estado de “emergência pesqueira”.<sup>29</sup>

Enquanto o “*Libro Blanco de la Defensa 2010*” ( ARGENTINA, 2010), ainda vigente, resgata como interesses nacionais a Integração e a Segurança Regional os recursos naturais renováveis, os espaços marítimos e fluviais de interesse e da preservação *status quo* argentino no Sistema Antártico (ARGENTINA, 2010), não se observa o exercício pleno dos direitos correspondentes dos espaços marítimos soberanos e jurisdicionais, o cumprimento das responsabilidades emergentes da condição de Estado ribeirinho, dado que não se verificam um delineamento e implementação de políticas marítimas em geral e em particular, pesqueiras, devido a falta de uma “estratégia e de uma doutrina marítima nacional”.

Até o momento, apenas se registra o esforço unilateral da PNA, que participou da elaboração de uma “Estratégia Marítima Argentina” (ARGENTINA, 2010), apresentada durante o mês de junho de 2010, no marco do Plano Voluntário de Auditores dos Estados Membros da Organização Marítima Internacional.

A mesma foi definida como “instrumento que assegura uma ótima contribuição nas metas do desenvolvimento sustentável da Nação, partindo do fortalecimento das capacidades individuais de gestão de cada entidade componente da Administração Marítima”.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Informação verbal ministrada durante palestra proferida pelo Alte. Kenny no Departamento de Interesses Marítimos da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – Argentina, 2011).

<sup>30</sup> Informação verbal ministrada durante palestra proferida pelo Alte Kenny no Departamento de Interesses Marítimos da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas –Argentina, 2011).

Pretende também ser uma orientação geral para a condução das ações a curto e médio prazo, que permitam avançar, a contar da realidade atual, a um melhor cenário futuro, que responda aos interesses e necessidades nacionais no aspecto marítimo.

A Estratégia para sua implementação considera um Programa de Ação que integre uma série de atividades que são consideradas prioritárias, as quais têm sido divididas em cinco grupos de ações, priorizando o fortalecimento da:

- a) segurança marítima;
- b) proteção do meio marinho;
- c) proteção marítima;
- d) formação e capacitação marítima e das pessoas que trabalham no mar; e
- e) facilitação marítima.

Cabe notar que este documento, embora fale de ações cooperativas com Instituições que integram a administração marítima, não mencionam a Armada nem o controle da pesca ilegal.

Também a “*Visión Estratégica Naval*” (ARGENTINA, 1973), enfatiza a importância para a Argentina do conteúdo do CONVEMAR e da Convenção de Nova York, onde ressalta particularmente o mar como um espaço vazio que deve ser ocupado efetivamente, sob pena de outros atores tirarem vantagens.

Quanto ao desenvolvimento, até aqui se pode concluir que não existe uma doutrina marítima nacional, nem tão pouco um arranjo de acordos interagencial que permita o delinear e implementar políticas para responder às demandas do setor local e internacional. Somente existe um acordo de cooperação regional em pesquisa, desenvolvimento e segurança dos espaços marítimos que permitiria neutralizar cooperativamente a ameaça aos nossos interesses - o “Tratado de Paz e Amizade com o Chile”.

A eficácia deste último é vista com as sucessivas Patrulhas Navais Antárticas Combinadas de Verão. Isto demonstra a necessidade de uma política comum regional funcional aos espaços marítimos sul americanos, a Antártida e aos códigos de conduta para a exploração, exploração e uso dos recursos renováveis na



“região.”<sup>31</sup>

A falta de políticas comuns e de uma presença militar superior dilui a habilidade para enfrentar ameaças externas comuns, propiciando que outras regiões venham a obter legalmente a prerrogativa de administrar, em nome de todos, os espaços vazios marítimos e a pesca.

Para evitar que isto aconteça, deve-se melhorar e reforçar os sistemas de segurança comum assim como a UNASUL<sup>32</sup> e considerar a estratégia do Brasil sobre a “Dissuasão na Concorrência Mundial”, negociar os recursos, ocupar e administrar efetivamente os espaços críticos da segurança humana global – Atlântico Sul, Plataforma Continental e Selva Amazônica. Tomar para si a Administração – ser uma polícia responsável pelos recursos necessários que vão garantir a estabilidade, o desenvolvimento e a segurança humana, do futuro.

Obviamente, com o que até aqui avaliado, poder-se-ia deduzir que um entrelaçar de acordos de cooperação regional em pesquisa, desenvolvimento e segurança sobre os espaços vazios marítimos permitiria neutralizar a ameaça à soberania dos países e, como isso concluir que:

“A falta de controle dos espaços marítimos e em particular, das zonas pesqueiras, no Atlântico Sul, constituem uma ameaça contra a paz, segurança e estabilidade global, por impactar negativamente na economia, estabilidade e confiabilidade regional. Assim, o indicado seria conseqüência da falta de uma doutrina marítima que determine uma estratégia e fixe as conseqüentes políticas que venham a garantir o controle dos desses espaços no marco da luta geoestratégica pelos recursos naturais e econômicos”.

---

<sup>31</sup> Lic. GAMBÁ Virgínia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante a exposição proferida por Lic. Virgínia Gamba, para o Departamento de Cenário Militares Atuais da Escola Superior de Guerra da República da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – República Argentina/2011).

<sup>32</sup> A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Segundo dispõe o texto do Tratado, os seguintes órgãos compõem a estrutura institucional da UNASUL: a) Conselho de Chefes de Estado e de Governo; b) Conselho de Ministros das Relações Exteriores; c) Conselho de Delegados; e d) Secretaria Geral. Está prevista ainda a constituição de Conselhos de nível Ministerial e Grupos de Trabalho. Todas essas instâncias já se encontram em plena atividade. Fonte: In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>. Acesso em: 26 de setembro, 2014.

## 4 CONCLUSÃO

De acordo com o exposto até aqui, efetivamente, a qualificação de “países descomprometidos” com os conceitos sobre a paz, segurança e desenvolvimento, que são interdependentes, e particularmente a falta de uma administração responsável pelos recursos faz com que os países mais desenvolvidos venham a pressionar por uma atribuição ao direito de gestão dos mesmos, constituindo “uma ameaça presente”, aos interesses ou objetivos vitais da Nação.

Seria oportuno questionar se para neutralizar este citado “descomprometimento” e, conseqüentemente, provável ameaça aos interesses nacionais, seria conveniente como modo de ação, em primeiro lugar, a consolidação e otimização de políticas públicas eficazes, e em segundo lugar, o estabelecimento de um conjunto de acordos que garantam a confiança mútua e a cooperação regional na pesquisa, desenvolvimento, segurança e defesa.

Estas ações seriam desenvolvidas como marco de uma Grande Estratégia que implicaria no estabelecimento de objetivos que envolvessem políticas de defesa, garantidas por um Instrumento Militar, cujo delineamento e obtenção teria como causa uma “Planificação de Recursos para a Defesa”, determinada, influenciada e condicionada por cada Componente da Estratégia Nacional.

A Argentina necessita desenvolver uma PDN, que supere as atuais Diretrizes Políticas de Defesa Nacional, que são exclusivamente setoriais. Conseqüentemente precisa também de uma Estratégia de Defesa Nacional, de uma Estratégia Marítima, que contemple em particular os aspectos considerados neste ensaio e em geral todos os temas da Agenda sobre “Segurança Humana”, para que evite ser considerada uma ameaça em potencial, mas sim um país confiável, capaz de administrar seus recursos responsavelmente.

A citada “Doutrina Marítima” deverá contemplar e estabelecer acordos regionais voltados para a pesca, cooperação marítima e defesa com os países do Atlântico Sul (americanos e africanos), assinalando assim sua posição perante o Reino Unido nas Malvinas, mantendo-o afastado e pressionando-o, para que aceite a negociar esses acordos.

Como exemplo a esse tipo de acordo e ações diplomáticas requeridas, que complementariam a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), poder-se-á citar:

- o Tratado de Paz e Amizade com Chile, cuja eficácia já foi mencionada;
- o Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), cuja atividade está relacionada ao controle do tráfico marítimo e ao cumprimento da responsabilidade por Busca e Salvamento (SAR), e tem sido otimizado graças à cooperação e complementação dos recursos entre seus membros (Brasil, Uruguai e Argentina) (FUNDACION NUESTRO MAR, 2007);

- o MERCOSUL, uma união sub-regional, integrada por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, pelo processo de incorporação. Tem como países associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Equador e México. Criado em 26 de março de 1991, a fim de permitir uma integração econômica e comercial e, assim, adotar uma política comercial comum e harmônica às legislações para alcançar o fortalecimento do processo de integração;<sup>33</sup>; e

- a ZOPACAS, consolidada como uma área de cooperação que, ao mesmo tempo em que une os países da região sul-americana, busca afastar aqueles países estranhos ao Atlântico Sul. Pode ser considerada como um nítido marco na estratégia de independência regional.

Esta também vem a ser a opinião do Ministro Celso Amorim, quando destacou a importância de se ampliar a cooperação em defesa entre os países do foro:

Hoje vivemos uma realidade em que é muito difícil dizer exatamente onde, como e quais serão as intervenções externas dos conflitos que poderão surgir. Esses fatos tornam ainda mais importante e vital a manutenção da nossa zona de paz e cooperação (BRASIL, 2013).

Também destacou a importância do Atlântico Sul para as economias das nações que compartilham a região, por onde passam cerca de 95% do comércio externo brasileiro.(BRASIL, 2013)

De acordo com esta visão, ocorre um incremento sob a regularidade das reuniões interministeriais entre os 24 países membros da UNASUL, e a criação de

---

<sup>33</sup> A.G. Lic.MENDOZA María Cecilia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante exposição proferida pelo Lic. María Cecilia MENDOZA, em Seminário UNASUR. da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas –Argentina/2011).

simpósios e seminários específicos que discutam os temas. Em continuidade as ações deliberadas na Reunião de Montevideu (ZOPACAS), MD realizou, em outubro de 2013, em Salvador/BA, o 1º Seminário ZOPACAS - Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento. No evento, foram realizadas oficinas de trabalho sobre Consciência Situacional Marítima, Vigilância Marítima e Busca e Salvamento. Incentivados especialmente pelo Brasil, torna-se evidente que a ZOPACAS ocupa local de destaque na pauta de liderança do Governo brasileiro. (SEMINARIO..., 2013).

- a UNASUL que aspira a constituir-se num espaço de integração e união regional, nas áreas política, social, cultural, econômica, de segurança e ambiental, baseia-se num multilateralismo e na cooperação inter-regional como vias para alcançar o desenvolvimento, e assim eliminar a desigualdade socioeconômica, obtendo a inclusão social, a participação cidadã e o fortalecimento da democracia, ao mesmo tempo em que se implementem medidas de confiança mútua. Deste modo, evidencia-se o CDS como uma fonte de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa (militar, industrial e tecnológica) da UNASUL.<sup>34</sup>

Como se pode notar, os acordos e ações diplomáticas mencionadas frustrariam os argumentos dos países mais desenvolvidos (G8), contribuindo ainda para a neutralização das conseqüentes ameaças, pelos interesses nacionais. Implicariam no compromisso com os objetivos políticos que, por conseguinte, implicaria desenvolver as já indicadas políticas de defesa e seu instrumento militar, determinados, influenciados e condicionados pelos acordos e ações diplomáticas de referência, os quais também condizionarão cada componente da Estratégia Nacional.

Ao analisar o PRD da Argentina, é conveniente observar que este se apresenta como um processo técnico-administrativo em elaboração e revisão, que deverá satisfazer, desde o ponto de vista logístico, os requisitos de meios humanos e materiais que o PEM vai determinar como necessários para a concretização do Instrumento Militar que dê resposta às políticas de defesa estabelecidas pela futura Política de Defesa Nacional.

---

<sup>34</sup> A.G. Lic. MENDOZA María Cecilia. Notas de aula/documentos de apoio. Informação verbal ministrada durante exposição proferida por Lic. María Cecilia MENDOZA, em Seminário UNASUR. da Escola Superior de Guerra da Argentina (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – Argentina/2011).

Como se estima, estes documentos determinaram um horizonte, um marco de referência, políticas de aquisição e/ou desenvolvimento nacional e/ou regional, planejamento de recursos para a defesa, os quais estão condicionadas pelos acordos e ações diplomáticas concentradas no plano regional e internacional.

Para completar esta visão, outro fato que merece atenção vem a ser o novo programa PAMPA AZUL. Segundo publicou a editorial política de TELAM (2014), trata-se da primeira ação nacional em nível ministerial, que se propõe a aumentar o conhecimento científico, baseado nas políticas de conservação e manejo dos recursos naturais do chamado Mar Argentino.

O citado programa tem como objetivo geral fortalecer a presença na plataforma continental e demais espaços marítimos sob jurisdição nacional, a fim de consolidar o domínio efetivo sobre recursos naturais argentinos. Para isso, desenvolverá um programa estratégico de pesquisa no Mar Argentino, que terá as seguintes características:

- aprofundamento do conhecimento científico como fundamento das políticas de conservação e gestão dos recursos naturais;
- promoção de inovações tecnológicas aplicáveis para uma exploração sustentável dos recursos naturais e para o desenvolvimento das indústrias vinculadas ao mar; e
- fortalecimento da consciência marítima da sociedade argentina e respaldando com informação e presença científica da soberania do país na área do Atlântico Sul.

Também, a iniciativa abrange atividades e marcos específicos em três níveis complementares:

- 1º Nível: atividades de prospecção, pesquisa e conservação;
- 2º Nível: atividades de inovação tecnológica voltadas para os setores produtivos vinculados ao mar; e
- 3º Nível: atividades de divulgação dirigidas ao público nacional e internacional.

As Metas de Política Externa deste programa são complementares aos objetivos estratégicos da geopolítica, pela disputa com o Reino Unido, pela posse das ilhas *Malvinas/Falklands*, e se dão publicamente de acordo com os seguintes itens abaixo:

- consolidar a presença argentina no Atlântico Sul, no contexto pela disputa de soberania com o Reino Unido;

- prover contribuições científicas que fundamentem o acionar argentino em acordos internacionais e apoie as iniciativas nacionais em que trata de matéria de cooperação técnica; e

- articular as atividades científicas desenvolvidas por navios estrangeiros, através de programas nacionais de pesquisa na Zona Econômica Exclusiva Argentina (Cristina apud TELAM, 2014).

Não se pode deixar de lembrar que os limites das águas jurisdicionais são linhas sobre o mar. Elas não existem fisicamente. O que as define é a existência de navios patrulhando-as ou realizando ações de presença, necessitando, então, que as Forças Armadas se equipem adequadamente.

Nessa imensa área oceânica, além da importância estratégica, ambiental e científica, o Brasil e a Argentina têm interesses importantes e semelhantes, por resguardarem sua soberania. Aproximadamente 95% do comércio exterior brasileiro e argentino passam por essa massa líquida, utilizando-se de mais de 70 portos nas atividades de importação e exportação, movimentando a economia Sul-americana.

O modelo de vigilância na Amazônia Azul é o mais complexo no Continente e passa, necessariamente, por um adequado aparelhamento da Marinha do Brasil. Constitui num modelo para se emular, devendo-se buscar parcerias tecnológicas com o Brasil e voltadas para a base industrial de defesa, com possíveis transferências de tecnologia para poder no futuro compartilhar recursos e informações.

Dentro do marco da UNASUL e, particularmente, no CDS, junto com Uruguai e Brasil, assim como na forma das operações conjuntas pela Busca e Resgate do Mar, deve-se empreender condições que possibilitem o Patrulhamento e a Interdição Marítima Conjunta, por meio de diferentes meios de suas respectivas Armadas, complementando-se com informações via satélites e de aeronaves das Forças Navais e/ou Aéreas.

A complementação com os países amigos, Uruguai e Brasil, que também compartilham interesses similares no Atlântico Sul, facilitará o cumprimento da missão, economizará recursos, meios e contribuirá com a tão cobiçada Integração da América do Sul.

A História ensina que toda riqueza desperta a cobiça, cabendo ao seu detentor o ônus da proteção.



#### Áreas prioritarias que comprende la Iniciativa Pampa Azul

- Estuario del Río de la Plata
- Golfo San Jorge
- Agujero Azul en el talud continental
- Banco Namuncurá - Burdwood
- Áreas marinas sub-antárticas, que incluyen a las Islas Georgias del Sur y Sandwich del Sur

**Grafico 3** : PROGRAMA PAMPA AZUL- PARA PESQUISA DO MAR ARGENTINO  
**Fonte:** DefesaNET.Br (2014)

#### REFERÊNCIAS.

ABOUT G20. Disponível em: < [https://www.g20.org/about\\_ G20.](https://www.g20.org/about_G20) > Acesso em : 10 maio, 2014.

ARGENTINA. Dirección Nacional del Antártico. Instituto Antártico Argentino. **Tratado Antártico. Ley n° 15.802**, de 1 de dezembro 1959. Washington. Disponível em: <[http://www.dna.gov.ar/ DIVULGAC/POLITICA.HTM.](http://www.dna.gov.ar/DIVULGAC/POLITICA.HTM) > Acesso em: 27 de agosto, 2014.

ARGENTINA. Jefatura de Gabinete de Ministros. Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable. **Régimen Federal de Pesca, Ley Nacional n° 24.922**, de 9 de dezembro de 1997. Buenos Aires. Disponível em: < [http://www2.Medioambiente.gov.ar/mlegal/participa/ley24922.htm.](http://www2.Medioambiente.gov.ar/mlegal/participa/ley24922.htm) > Acesso em : 27 de agosto, 2014.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **Ciclo de Planeamiento de la Defensa Nacional, Decreto n° 1.729/07** de 27 de novembro de 2007. Buenos Aires. Disponível em: < [http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/130000-134999/134992/ norma.htm](http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/130000-134999/134992/norma.htm) > Acesso em: 27 agosto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Directiva de Política de Defensa Nacional, Decreto n°1714/09**, de 10 de novembro de 2009. Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/160000-4999/160013/norma.htm>>. Acesso em: 27 de agosto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ley de Defensa Nacional, n° 23.554/88**, de 5 de maio de 1988. Buenos Aires. Disponível em: <[http://www.mindef.gov.ar/institucional/marco\\_legal/ley-defensa-nacional\\_1.html](http://www.mindef.gov.ar/institucional/marco_legal/ley-defensa-nacional_1.html) > Acesso em: 27 de agosto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Libro Blanco de la Defensa 2010**, de 5 de setembro de 2011. Buenos Aires. Disponível em: <[www.mindef.gov.ar/libro\\_blanco/Libro\\_Blanco\\_de\\_la\\_Defensa\\_2010](http://www.mindef.gov.ar/libro_blanco/Libro_Blanco_de_la_Defensa_2010) > Acesso em: 6 agosto, 2014

\_\_\_\_\_. **Reglamentación de la Ley de Defensa Nacional, Decreto, n° 727/06**, de 12 de junho de 2010. Buenos Aires. Disponível em: < [http://www.mindef.gov.ar /institucional/marco\\_legal/decreto-727-2006.html](http://www.mindef.gov.ar/institucional/marco_legal/decreto-727-2006.html) > Acesso em: 27 de agosto, 2014.



ARGENTINA . Ministerio de Defensa. Jefatura del Estado Mayor General de la Armada . Armada Argentina. **Doctrina Fundamental para la Conducción de la Armada Argentina**. 3. ed. en revisión. Buenos Aires, 1973.

ARGENTINA . Ministerio de Defensa. Jefatura del Estado Mayor General de la Armada . Secretaría General Naval. Armada Argentina. **Presentación “Los Intereses Marítimos Argentinos”**. 2010.

ARGENTINA . Ministerio de Seguridad. Prefectura Naval Argentina. Protección de las aguas y el comercio desde 1810. **Estratégia Marítima Argentina**. Junio de 2010. Disponível em :< [http://www.prefecturanaval.gov.ar/web/es/html/inst\\_estrategia.php](http://www.prefecturanaval.gov.ar/web/es/html/inst_estrategia.php) > Acesso em: 12 junho, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Amorin propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa**. 16 de janeiro de 2013 a. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/932>. >Acesso em: 15 junho, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_espanhol.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_espanhol.pdf) > Acesso em: 2 agosto, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf). >Acesso em: 6 agosto, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Defesa e Segurança. **Representantes da Zopacas de- baterão trafego, busca e salvamento marítimos**. 2 de outubro de 2013. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/defesa\\_e\\_seguranca/2013](http://www.brasil.gov.br/defesa_e_seguranca/2013).>Acesso em: 15 junho, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. In: SIMPOSIO DE CIÊNCIA Y TECNOLOGIA E INDUSTRIA., 3., 2013, Rio de Janeiro. **Palestra proferida**. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: Palestra proferida por Almirante-de-Esquadra Luiz Guilherme Sá de GUSMÃO, durante “O LANÇAMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL – SISGAaz-” A cargo da “Diretoria-Geral do Material da Marinha” e da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha”. Escola de Guerra Naval. Urca - Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 17 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. In: SEMINÁRIO ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL, 1., 2013, Salvador Bahia. **Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo**. Salvador Bahia, 16 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/tag/i-seminario-zopacas-seguranca-e-vigilancia-do-trafego-maritimo/>> Acesso em: 26 de junho, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 5.484 de 30 de julho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)> Acesso em: 1 agosto, 2014.

CARTA de las Naciones Unidas. 26 de junho de 1945. Disponível em: <UN <http://www.un.org/es/documents/charter/intro.shtml>.> Acesso em: 24 de junho, 2014.

COORDINADOR del Área Marítima del Atlántico Sur. **Historia y evolución, proyección y desafíos**. Río de Janeiro, 18 de agosto de 1967. Disponível em: <<http://www.coamas.org/historia.html>.> Acesso em: 25 de junho, 2014.

DESDE Brasil, **Obama anunció inició de la operación en contra de Libia**. TeleSUR, , 19 de Marzo de 2011. Disponível em: <<http://argentina.indymedia.org/news/2011/03/775566.php>> Acesso em: 12 de junho, 2014.

DE VERGARA, Evergisto . **Apuntes de clase**: documentos de apoyo. Buenos Aires. Escuela Superior de Guerra Conjunta de la República Argentina. 2011

DIAS Monteiro, Álvaro Augusto. **Palestra "O Atlântico Sul e o Poder Naval Brasileiro"**, Escola Superior de Guerra do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de junho de 2014.

FUNDACION NUESTRO MAR. **Coordinación del Área Marítima del Atlántico Sur**. Nuestramar. GACETA MARINERA, 28 de marzo de 2007. Disponível em: <[http://www.nuestramar.org/noticias/defensa\\_seguridad\\_y\\_proteccion\\_871\\_032007\\_coordinacion\\_del\\_area\\_maritima\\_del\\_atlantico\\_sur](http://www.nuestramar.org/noticias/defensa_seguridad_y_proteccion_871_032007_coordinacion_del_area_maritima_del_atlantico_sur)> Acesso em: 24 de junho, 2014.

GAMBA, Virginia. **Apuntes de clase** : documentos de apoyo . Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Conjunta de la República Argentina. 2011

\_\_\_\_\_. **La Inseguridad Humana: ¿Nueva Amenaza Global a la Paz y Seguridad?** 7 de octubre de 2010. Disponível em:  
<<http://www.ucema.edu.ar/conferencias/download/> > Acesso em : 10 maio, 2014.

\_\_\_\_\_. **Seguridad Humana y la Cooperación Sur- Sur.** Embajada abierta , 26 de julho de 2011/ . Disponível em: <http://www.embajadaabierta.com/?p=572>> Acesso em: 12 maio, 2014. G8 INFORMATION centre. Disponível em:  
<<http://www.g8.utoronto.ca/> > Acesso em: 11 de maio, 2014.

GUERRA FRIA – Só Historia, 2014. Disponível em:  
< [http://www.sohistoria.com. Br /ef2 /guerrafria/](http://www.sohistoria.com.Br/ef2/guerrafria/). Acesso em: 26 setembro, 2014.

INSTITUTO DE PESCA. **Ministério da Pesca e Aquicultura, promove o Seminário Internacional “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:  
<[http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id\\_not=14092](http://www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=14092) . > Acesso em : 15 junho, 2014.

INSTITUTO UNIVERSITARIO NAVAL - Sede de Investigación y Estudios Navales – CEPADE - **“Zonas de Interés Estratégica y Geopolítica para la Nación: situación en el Atlántico Sur y Antártida”.** 2010.

JOSÉ, Joveta. **A política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais e com o Brasil.** 2011. Dissertação (Doutorado de Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande SUL, Rio Grande do Sul, 2011.

KOUTOUDJIAN, Adolfo. **Geopolítica Sudamericana:** apuntes de clase: documentos de apoyo. Buenos Aires: Escuela Superior de Guerra Conjunta de la República Argentina. 2011.

MALAMUD, Carlos .- ARI 62/2011 – 30 de março de 2011. Real Instituto Elcano. **América Latina frente al conflicto libio:** respuestas a la Resolución 1973 (ARI): La votación de la resolución 1973 y su posterior aplicación dieron lugar a reacciones muy variadas en América Latina. Disponível em:  
<[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/Imprimir?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/Elcano\\_es/Zonas\\_es/ARI62-2011](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/Imprimir?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/ARI62-2011)> Acesso em : 10 de junho, 2014.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Os reflexos da Guerra Fria no continente africano.** Artigos. Duplipensar. net. Brasil. 4 de mayo de 2006. Disponível de  
<<http://www.duplipensar.net/artigos/2006-Q2/os-reflexos-da-guerra-fria-no-continente-africano.html>.> Acesso em: 27 de agosto, 2014.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General. 24 de Octubre de 2005. Sexagésimo período de sesiones. **Temas 46 y 120 del programa**. 05-48763. Resolución aprobada por la Asamblea General.[sin remisión previa a una Comisión Principal (A/60/L.1)] 60/1. Documento Final de la Cumbre Mundial, 2005. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/spanish/bodies/hrcouncil/docs/gaA.RES.60.1\\_Sp.pdf](http://www.ohchr.org/spanish/bodies/hrcouncil/docs/gaA.RES.60.1_Sp.pdf) > Acesso em: 28 de junho, 2014.

NACIONES UNIDAS. **Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar**, Nueva York, aprobada el 30 de abril de 1982, Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/convemar\\_es.pdf](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/convemar_es.pdf) > Acesso em: 29 de março, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> > Acesso em : 10 de maio, 2014.

NATO . Official text : **Active Engagement, Modern Defence**. 19 nov 2010. Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organisation adopted by Heads of State and Government in Lisbon. Disponível em : <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_68580.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68580.htm) > Acesso em : 11 de maio, 2014.

ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Food and Agriculture Organization of the United Nations *for a world without hunger*. **Programme on Fisheries and Aquaculture, 2010** . Fisheries and Aquaculture Department. Disponível em : <<http://www.fao.org/fishery/about/programme/es> > Acesso em: 28 de março, 2014.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Declaración del milenio. Cumbre del Milenio de las Naciones Unidas**. Nueva York, 6 al 8 de septiembre de 2000. Disponível em: < <http://www.un.org/es/development/devagenda/millennium.shtml>.> Acesso em: 26 de setembro, 2014.

PEACE and security. United Nations . **Peacekeeping. Peacekeeping Operations**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>. > Acesso em: 28 de março, 2014.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTAYANA, Mauro. Jornal do Brasil. Coisa da política: **defesa e segurança**: a Otan e o Atlântico Sul. 23 de julho de 2014. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/coisas-da-politica/noticias/2014/02/21/defesa-e-seguranca-otan-e-o-atlantico-sul/> > Acesso em : 02 de julho, 2014.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser; Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília, DF : IPEA, 2014. 280 p.

SOCIOGRAMA. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: < W <http://es.wikipedia.org/wiki/Sociograma>>. Acesso em: 26 de setembro, 2014.

SOUTH Atlantic Peace and Cooperation Zone, 1986. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: < w [http://en.wikipedia.org/wiki/South\\_Atlantic\\_Peace\\_and\\_Cooperation\\_Zone](http://en.wikipedia.org/wiki/South_Atlantic_Peace_and_Cooperation_Zone). > Acesso em: 23 de junho, 2014.

STRATEGIC defence and security review , Gov. uk. 2010 .- Age of Uncertainty: the strategic defence and. Security Review. Presented to Parliament by the Prime Minister by Command of Her Majesty. October 2010. Disponível em: < [https://www.direct.gov.uk/.../dg\\_191634.pdf](https://www.direct.gov.uk/.../dg_191634.pdf). > Acesso em: 10 de novembro, 2011.

TELAM Política. Cristina. Casa de Gobierno. 21 de abril de 2014. **Cristina presentó "Pampa Azul"**: un proyecto para investigar el mar. Disponível em: < <http://www.telam.com.ar/notas/201404/60225-cristina-programa-pampa-azul-ciencia-tecnologia.html>. > Acesso em : 20 de junho, 2014.

TRATADO de Paz y Amistad entre Argentina y Chile, Ciudad del Vaticano, de 1984. Disponível em : < [http://es.wikisource.org/wiki/Tratado\\_de\\_Paz\\_y\\_Amistad\\_entre\\_Argentina\\_y\\_Chile\\_de\\_1984](http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_Paz_y_Amistad_entre_Argentina_y_Chile_de_1984). > Acesso em: 28 de março, 2014 .

UNITED NATIONS development programe . **Human Development Report, 1994**. New York. 16 de Março de 1994. Disponível em: < [http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr\\_1994\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf). > Acesso em: 24 de junho, 2014.

U.S. ARMY WAR COLLEGE. Strategic Studies Institute. 6 de agosto de 2010. Disponível en: < <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/>.> Acesso em: 10 maio de 2014.

U.S. ARMY WAR COLLEGE. Strategic Studies Institute. **The Source for National Security Research and Analysis**: Key Strategic Issues List [http : strategic studies institute - All Active](http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/), 2010. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/about/strategic-studies-institute.cfm>. > Acesso em: 10 de maio, 2010

## GLOSSÁRIO

**ARTIGO** - é o texto com autoria declarada, que apresenta e discutem idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento (ABNT. 1994. p. 1).

**DOCUMENTO** - é qualquer suporte que contenha informação registrada.

**DOCUMENTO OFICIAL** - documento emanado do poder público ou de instituições privadas, que produz efeito de ordem jurídica na comprovação de um fato.

**HIPÓTESE** - proposição provisória que fornece respostas condicionais a um problema de pesquisa, explica fenômenos e/ou antecipa relações entre variáveis, direcionando a investigação.